

Diário do Legislativo de 22/11/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - ATAS

2.1 - 71ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Comemoração do "Dia Nacional da Consciência Negra"

2.2 - 69ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

2.3 - 70ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

2.4 - Solenidade Realizada na 89ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos - Dieese - Pelo Transcurso dos Seus 50 Anos de Fundação

2.5 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

RESOLUÇÃO

Resolução Nº 5.244, de 18 de novembro de 2005

Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, em favor dos beneficiários nele relacionados.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 18 de novembro de 2005; 217º da Inconfidência Mineira e 184º da Independência do Brasil.

Deputado Mauri Torres - Presidente

Deputado Antônio Andrade - 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria - 2º-Secretário

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº 5.244, de 18 de novembro de 2005)

Nº	Requerente	Lugar	Distrito	Município	Área (ha)
1	Elísio Valter dos Santos	Fazenda Ribeirão	Rio Pardo de Minas	Rio Pardo de Minas	207,7153
2	Marcela Oliveira Santos	Fazenda Recantão	Indaiabira	Indaiabira	187,6818

ATAS

ATA DA 71ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/11/2005

Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Entrega de placas - Palavras da Sra. Sebastiana Geralda Ribeiro Silva - Apresentação musical - Palavras da Pró-Reitora Neide Wood - Palavras da Sra. Eunira de Lurdes Hilário - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - José Henrique - Maria Tereza Lara - Paulo Piau - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Vereador Paulão, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Neide Wood, Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg -; Prof. José Carlos Pedro, representando a Pró-Reitora da PUC-Betim, Dra. Carmem Luísa; Celso Moretti, homenageado desta noite; Eunira de Lurdes Hilário, representando os alunos cotistas negros da Uemg; Maria José Pereira - Dedé -, homenageada desta noite; Sebastiana Geralda Ribeiro Silva, homenageada desta noite; o jovem Jumom Aparecido Moreira Dias, representando o Grupo de Congado Mirim Nossa Senhora Aparecida; e a Exma. Sra. Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que deu origem a esta comemoração.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Márcio Ferreira, Conselheiro Estadual de Defesa dos Direitos dos Deficientes; Hilário Antônio Carlos, Diretor Estadual do Sind-UTE; Roges Carvalho dos Santos, Presidente do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais; Prof. Vicente Oliveira, Coordenador de Cultura, Arte e Esporte da Uemg; Ana Beatriz Marques Silva, jornalista da organização da sociedade civil Verde Água; Mônica, representando a CUT de Minas Gerais; Irmãs Júlia e Mariazinha, Missionárias de Jesus Crucificado; Tânia, representando o Ministério Fé e Política; e Maria Luzia Zidônio, Diretora da Federação dos Quilombolas de Minas Gerais.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração do "Dia Nacional da Consciência Negra."

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será também interpretado pelo intérprete de Libras Anderson Geraldo Rodrigues.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Exmo. Sr. Deputado Adelmo Carneiro Leão, companheiro que, entre suas muitas lutas, tem um profícuo trabalho realizado em defesa dos excluídos e que hoje representa o Presidente desta Casa, a quem, desde já, agradecemos. Também quero cumprimentar e agradecer aos Deputados Edson Rezende, sempre presente em nossas lutas, com um intenso trabalho social; Paulo Piau, muito atuante nesta Casa; e Elisa Costa, que acaba de entrar no Plenário. Cumprimento ainda todos os homenageados; os representantes da Uemg, da PUC e dos movimentos sociais; o Sr. Roberto Lelis, representando a Deputada Federal Maria do Carmo; o Vereador Paulão, representando toda a Câmara de Belo Horizonte; e toda a Mesa.

Nossos irmãos e nossas irmãs de etnia negra, por longos anos tiveram seus direitos cassados em nosso país. Nós somos seus devedores. Esta reunião especial em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, nesta Assembléia Legislativa, é mais um marco de reconhecimento da nossa sociedade brasileira, sobretudo a mineira, para com esses nossos irmãos e essas nossas irmãs que têm dado uma contribuição histórica para a formação da nossa cultura, do nosso jeito de ser, da nossa brasilidade, da nossa religião. Sinto-me honrada de estar aqui, mais uma vez, e de ser autora do requerimento que deu origem a esta reunião especial em comemoração a esse dia tão especial para esta Casa Legislativa.

O Brasil é um país marcado por desigualdades sem medidas, no âmbito econômico, social, educacional, cultural e, sobretudo, econômico. Ele tem uma dívida com cada um daqueles e daquelas que foram alijados da sociedade. Nesta noite em que comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra, queremos manifestar a nossa indignação com todos os que contribuíram para manter essa desigualdade. Queremos dizer, em alto e bom som, que nossos irmãos de etnia negra não estão sozinhos na luta por seus direitos, na luta pela igualdade de condições, na luta pela integração pacífica em nosso país, na luta por uma democracia direta, em que todos podem participar das decisões. Abraçamos essa luta e continuaremos na fileira, empunhando a bandeira de luta pela igualdade dos direitos de todos nós. Precisamos criar momentos de reflexão como este e discutir o espaço que o negro ocupa na sociedade: nas escolas, nos ambientes de trabalho, nos esportes, nas artes e principalmente na política.

Comemoramos, no último dia 9, a aprovação, no Senado Federal, do projeto de autoria do Senador Paulo Paim, PT-RS, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em consequência de sua etnia, raça ou cor. Dentre várias providências básicas, o Estatuto prevê alguns avanços na saúde, na educação, no trabalho, nos direitos humanos e na questão da terra, onde está incluída a titulação de posse para os quilombolas. O Estatuto prevê ainda a criação de ouvidorias nos Municípios, nas assembleias legislativas, nas câmaras de Vereadores e no Congresso Nacional, que funcionarão como um canal para denúncias de crimes de racismo. Agora, ele falta ser aprovado na Câmara dos Deputados. É necessária uma constante mobilização. Minas Gerais se fará presente no próximo dia 22 em Brasília, na Marcha Zumbi+10, onde a população negra de todo o País, mas de uma forma particular a de Minas Gerais, far-se-á presente, a fim de fazer coro na mobilização pela aprovação do Estatuto.

Segundo o IBGE, a população brasileira é composta de aproximadamente 183 milhões de brasileiros, dos quais 47% se autodeclararam negros - somados pretos e pardos -, ou seja, formam uma nação de 86 milhões de pessoas. Uma nação que pense um projeto político e que atenda 86 milhões de autodeclarados tem de caminhar no sentido da ruptura com a estrutura opressora. Combater a atual estrutura socioeconômica e suas subjetividades é o ponto de partida para a discussão racial. Combater o racismo, a discriminação racial e o preconceito devem ser políticas universais e específicas. Com esse objetivo, o governo federal criou, no dia 21/3/2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir -, tendo à frente a Ministra Matilde Ribeiro, que tem-se desdobrado, juntamente com sua equipe, em desenvolver políticas que atendam à eliminação das desigualdades. Fato inédito no Brasil foi a Conferência Nacional da Igualdade Racial, que tratou de políticas para a igualdade dos negros, dos índios, dos ciganos, enfim, das minorias que sempre foram excluídas das políticas públicas do nosso país.

Nos últimos anos, a questão da cota para negros nas universidades tornou-se uma discussão em toda a sociedade. Sabemos que a cota é uma política transitória, porém, necessária, e uma política afirmativa que visa diminuir a exclusão social. É uma alternativa que abre espaço, oportunidade para vários jovens negros se integrarem na sociedade por meio da formação acadêmica superior.

Em Minas Gerais, a Uemg possui vários alunos cotistas, que hoje serão homenageados. No entanto, é preciso estender esse direito a outros âmbitos escolares, especialmente aos cursos técnicos federais.

Os negros e as negras de Minas Gerais têm prestado uma contribuição sem precedentes ao Brasil, principalmente na afirmação da identidade negra. O congado, a capoeira, com seu gingado, o canto livre, o futebol, sem mencionar outros segmentos artísticos e culturais, têm mostrado o rosto brasileiro de Minas.

Essa contribuição é importante; porém, mencionaremos uma outra contribuição que Minas Gerais tem prestado ao Brasil. É o exemplo de luta e de resistência de homens e mulheres inconformados com a exclusão social, por meio da bandeira pela inclusão dos deficientes, como faz a nossa homenageada Maria José Ferreira, a Dedé.

Sua luta, Dedé, tem aberto portas e trilhos que nem pode imaginar.

Outro exemplo de luta e de resistência é o da quilombola Sra. Sebastiana, que é também uma das homenageadas desta noite, provando que a luta em comunidade tem um sabor diferente, pois visualiza uma vitória iminente.

Pedimos licença aos homens, mas temos de confessar que as mulheres mineiras têm apontado caminhos de luta e de resistência. Costumo dizer que, ao lado de um grande homem, sempre existe uma grande mulher e que, ao lado de toda grande mulher, há sempre um grande homem.

Hoje homenageamos também um grande homem, Celso Moretti, que tem emprestado a sua voz, seu coração e sua alma para cantar aquilo que nossos corações querem dizer, mas não conseguem.

Muitos dizem que as crianças são o futuro do nosso país. Porém afirmo que elas são o presente. Um futuro promissor só será possível caso o presente seja bem vivido.

Hoje homenageamos as crianças de Esmeraldas - minha terra natal - que integram a Guarda-Mirim Nossa Senhora Aparecida. Elas são moldadas na ternura, cercadas de afeto e de dignidade. A vocês esta Assembléia presta hoje uma singela homenagem. Esperamos que ela contribua para o crescimento sadio de cada um de vocês.

Finalmente, quando dizemos que as cotas para os negros nas universidades são uma política transitória, porém necessária, queremos dizer que

é uma política afirmativa que busca tratar de forma desigual os desiguais. Essa política foi experimentada pela Uemg, que nos é tão cara. Trazemos aqui hoje, entre os nossos homenageados, nove alunos cotistas que desenvolvem brilhantes trabalhos nessa unidade de ensino.

Mencionamos também aqui a PUC-Betim, que tem realizado um trabalho contra a exclusão social.

Mais uma vez, homenageamos esses jovens cotistas. Isso é pura demonstração de que a pigmentação da pele não torna diferente João de José. A cor da pele é apenas um detalhe, e o que nos irmana é uma política de igualdade de direitos e de oportunidades. Somos todos iguais diante da dignidade da pessoa humana.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos a mobilização, sobretudo às entidades parceiras na organização deste evento. Registramos também que estaremos protocolando nesta Casa um projeto que estabelece diretrizes para as políticas públicas estaduais de combate à discriminação racial. O Estatuto da Igualdade Racial em Minas Gerais foi assinado por nós e por vários companheiros do nosso bloco. Ele foi assinado também pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, que preside este evento; Biel Rocha, Rogério Correia e Durval Ângelo. Outros Deputados que desejarem somar-se a nós poderão assiná-lo também.

Mais uma vez, agradecemos a todos e a todas. Esperamos que esta oportunidade sirva para refletirmos e vivermos a fraternidade. Somos todos iguais e importantes para a construção desta sociedade justa, fraterna e igualitária que é o sonho de todos nós. Estendo estes agradecimentos à assessoria desta Casa, que tem realizado relevantes trabalhos para que possamos cumprir o nosso papel de parlamentares. Muito obrigada.

Entrega de Placas

O locutor - O Deputado Adelmo Carneiro Leão, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega de uma placa alusiva ao evento ao jovem Jumom Aparecido Moreira Dias, representante do Grupo de Congado Mirim de Nossa Senhora Aparecida. A placa contém os seguintes dizeres: "Fundado em 1999 com o objetivo de preservar a cultura negra por meio da religiosidade e da dança, o Grupo Congado Mirim de Nossa Senhora Aparecida, do Município de Esmeraldas, atende crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, evitando ainda a evasão escolar e auxiliando na prevenção contra o trabalho infantil. A homenagem da Assembléia Legislativa de Minas a esse grupo pelo importante papel social que vem cumprindo ao garantir à infância e à adolescência o direito ao lazer e cultura".

O Sr. Presidente - Convido a Deputada Maria Tereza Lara para que compartilhem deste momento.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - O Deputado Adelmo Carneiro Leão fará a entrega de placa alusiva a esta comemoração à aluna Eunira de Lurdes Hilário, representante dos alunos cotistas negros da Uemg. O Deputado Paulo Piau e a Deputada Elisa Costa participarão da entrega da placa, que contém os seguintes dizeres: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais defende que a ação afirmativa constitui instrumento fundamental de promoção da cidadania e da inclusão social, contribuindo para garantir a todos os brasileiros os direitos consagrados na Constituição Federal. Dessa forma, acredita que o estabelecimento de cotas para negros nas universidades exerce um papel estratégico nessa luta pela igualdade de oportunidades. A homenagem do Parlamento mineiro aos alunos cotistas negros da Universidade do Estado de Minas Gerais - 'Campus' Belo Horizonte -, em reconhecimento a seu pioneirismo e esforço na consolidação das ações afirmativas em nosso Estado".

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Neste momento, será entregue uma placa alusiva a esta comemoração à Sra. Sebastiana Geralda Ribeiro Silva, pelas mãos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Paulo Piau e das Deputadas Maria Tereza Lara e Elisa Costa. A placa contém os seguintes dizeres: "Mulher batalhadora, cheia de ideais e fibra, Sebastiana Geralda Ribeiro Silva conseguiu, após 35 anos de árdua luta, que a Comunidade Quilombola dos Carrapatos, do Município de Bom Despacho, fosse finalmente registrada. A merecida homenagem da Assembléia Legislativa de Minas a essa mulher exemplar, que vem dedicando sua vida à defesa dos direitos dos negros, sem se deixar abater pelas adversidades e, principalmente, pelo preconceito".

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Neste momento, será entregue uma placa alusiva a esta comemoração à Sra. Maria José Pereira, Dedé, pelas mãos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Paulo Piau e das Deputadas Maria Tereza Lara e Elisa Costa. A placa contém os seguintes dizeres: "Existem pessoas que demonstram, com a própria vida, que todo obstáculo é superável e que os desafios podem trazer crescimento. Maria José Pereira é um exemplo de que é possível vencer os preconceitos e as barreiras causados pelas limitações. A homenagem e o reconhecimento da Assembléia de Minas a essa grande mulher por sua luta em prol da inclusão social dos deficientes e dos sem-casa".

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Será entregue, neste momento, uma placa em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra ao cantor Celso Moretti, pelas mãos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Paulo Piau e das Deputadas Maria Tereza Lara e Elisa Costa. A placa contém os seguintes dizeres: "Com novo estilo musical e linguagem peculiar, o cantor Celso Moretti demonstra que a arte de qualidade encontra espaço também nas favelas. Retratando as realidades de seu ambiente de origem, o artista desfaz o mito de que na periferia só há lugar para o submundo da violência e da ilegalidade. A homenagem da Assembléia de Minas a esse expoente da música brasileira, cujo sucesso serve de inspiração para novos talentos".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Sebastiana Geralda Ribeiro Silva

Meus senhores e minhas senhoras, pegaram-me de surpresa. Não sei falar bonito, mas a verdade sei dizer sempre.

Neste momento, agradeço a esta Casa e a todos os militantes que estão nessa luta maravilhosa, os brancos que nos dão apoio. Negros, vamos unir-nos e aproveitar esta oportunidade que está sobrando para nós. Vamos agarrá-la com unhas e dentes para alcançarmos os nossos objetivos.

Tenho orgulho de ser negra. Se não fossem os negros, não existiria Brasil, não existiria fazendeiro, não existiria nação. A única raça que pode andar de cabeça erguida, neste país, é a negra. Não viemos aqui para roubar, mas para produzir. Mesmo assim, não temos o direito de viver com dignidade neste país, que construímos com nossas próprias mãos.

Ó Deus, ainda está em tempo. Está aparecendo alguém que luta por nós. Então, vamos agarrar-nos a essas pessoas para conseguirmos um pouquinho mais de espaço.

Salve, marinheiros que levaram o navio negreiro! Salve, capitães de Moçambique! Os negros do fundo dos porões cantavam: "Navio negreiro no meio do mar/Corrente pesada na areia a arrastar/Os negros escravos se punham a cantar:/Saravá, nossa mãe Iemanjá".

Muito obrigada. Viva a raça negra! Estou criando meus netos para nunca terem vergonha de ser negros. Alguns não gostam de ser negros; acham que precisam sempre estar atrás de uma cara branca ou de algo qualquer. Não, temos que assumir a nossa raça. Nosso sangue é forte até para sofrer.

E agradeço a todos. Como me pegaram de surpresa, não sei dizer os nomes. A Luzia me jogou nessa armadilha. Não reparem, porque não preparei nada, mas, se preparasse, sairia isso mesmo.

Salve, meus marinheiros! Salve, meu povo! Salve, Deputados que estão lutando por nós! E o que temos de fazer? Honrar a nossa raça.

Mônica, Maria Tereza, estou colocando todos no mesmo balaio, porque me pegaram de surpresa, para agradecer de coração em nome do meu povo da congada, dos meus marinheiros, do meu moçambique. A Virgem do Rosário é que nos libertou dessas correntes malditas. Salve, Virgem do Rosário!

Agradeço também ao pessoal que veio de Bom Despacho me acompanhando, aos quilombolas de lá, à advogada, Dra. Raquel, ao repórter da Rádio Difusora e aos meus negrinhos, que estão ali e fazem parte da comunidade. Enfim, agradeço ao Lázaro Antônio Felipe, outro quilombola. Bate tambor e bate atabaque. Muito obrigada.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a uma apresentação do cantor Celso Moretti.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras da Pró-Reitora Neide Wood

Exmo. Sr. Deputado Adelmo Carneiro Leão, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa; autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. É com enorme prazer que, em nome do Magnífico Reitor da Uemg, Prof. José Antônio dos Reis, participamos, como parceiros, do Dia da Consciência Negra, juntamente com a Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com a Coordenadoria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte, com a Federação Quilombola de Minas Gerais, com o coletivo de empresários e empreendedores negros de Minas Gerais e o coletivo de combate ao racismo da CUT-Minas.

Se perguntarmos o que marcou a data de 20/11/1695, muitos responderão: a morte de Zumbi dos Palmares. Porém os que pararem um pouco mais para reflexão responderão: é uma data que marca o início da luta da comunidade negra, aliada a outros segmentos sociais do País, para mudar a história do Brasil.

A criação do Movimento Negro Unificado, em 1979, deu um grande impulso para mudar essa história, e, a partir de 1984, junto às universidades e movimentos sociais organizados, passaram para uma fase de conscientização social que promove e estimula os debates sobre o negro no Brasil, de modo a valorizar a sua história e a sua cultura.

Zumbi! Esse é um nome de guerra, com o qual passou à história o grande herói de Palmares. A raiz 'zumb' do nome, em dialeto quimbundo, significa imortalidade. Zumbi, como substantivo, significa "espírito".

Portanto, hoje, 310 anos depois da morte biológica desse "espírito imortal", a luta dos negros na sociedade brasileira se agiganta e se avoluma, exigindo atenção aos seus direitos cidadãos e à abolição de todas as formas de discriminação e de exclusão.

A Uemg, desde a sua criação, é parceira dessas lutas a partir da criação, em 1992, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Neab -, que vem atuando de forma sistemática em prol de ações afirmativas que valorizem o afro-descendente em todas as suas vertentes sociais e históricas.

Parabéns à Assembléia Legislativa, à Prefeitura Municipal e aos demais segmentos da sociedade civil organizada nessa luta conjunta, que não é uma luta armada. Lutamos, sim, pela recuperação da auto-estima do povo negro, pela garantia da igualdade de oportunidades e por sua integração social em todos os níveis.

Que o espírito imortal de Zumbi dos Palmares seja nosso parceiro mais fiel e nos guie para uma democracia de fato no Brasil.

Na oportunidade, convido a aluna Eunira de Lurdes Hilário, cotista e bolsista da Faculdade de Educação da Uemg, para fazer um breve relato dos projetos que estão sendo desenvolvidos com as bolsas do Projeto Afroatititude, numa parceria entre a Uemg, o MEC e a Unesco.

Palavras da Sra. Eunira de Lurdes Hilário

Boa noite a todos. A Uemg, no "Campus" BH, vem desenvolvendo um projeto científico, composto pelos alunos cotistas, com o nome de Projeto Brasil Afroatititude.

O Projeto Brasil Afroatititude tem o objetivo de investigar as relações entre a vulnerabilidade às DST-aids e as políticas públicas para negros. É uma parceria entre o Programa Nacional de DST-aids do Ministério da Saúde e as universidades que possuem programa de ação afirmativa para negros e que adotem o regime de cotas.

O objetivo é fortalecer a resposta setorial do combate à epidemia e das práticas de implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmicos e assistenciais, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas.

Essa pesquisa deverá gerar relatórios e artigos, visando contribuir para a implantação de políticas públicas para a população negra, com vistas a fortalecer a resposta setorial do combate à epidemia de aids.

O projeto do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação está dividido em cinco linhas de estudo. A primeira diz respeito a ações afirmativas de inclusão de negros na ONG Vhiver e em outras instituições que dão assistência a portadores do HIV-aids. Está sob a coordenação da Profa. Maria das Graças Pereira Costa.

A segunda linha de estudo trata da recepção por mulheres negras das campanhas institucionais de saúde sexual e reprodutiva. A coordenadora é a Profa. Sílvia Eugênia do Amaral.

A terceira linha refere-se ao uso do computador na prevenção das DST-aids, nos laboratórios de informática das escolas estaduais de Belo Horizonte, sob a coordenação da Profa. Sirléia Ferreira Rosa.

A quarta linha trata das estratégias culturais de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis da população negra da zona de prostituição da Guacurus, em Belo Horizonte, sob a supervisão do Prof. Davi José Gonçalves Ramos.

A quinta linha diz respeito à construção da identidade social e racial do aluno universitário negro e à interferência ou não desses fatores na apropriação das informações relacionadas à prevenção das DST-aids. Está sob a coordenação da Profa. Santuza Amorim da Silva.

Na Escola de Música, que também faz parte do "campus", a Profa. Deolinda Alice dos Santos busca alternativas terapêuticas, por meio da produção artística possível, para o afro-descendente portador de HIV.

Na Escola de Design, há três linhas de estudo. A produção de vinhetas institucionais sobre a prevenção da aids e modos de lidar com os portadores do vírus, com o Prof. José Rocha. Existe também a linha "As vantagens da utilização dos recursos da arte cênica na auto-estima dos portadores de HIV em Belo Horizonte", com a coordenação de Nadja Maria Mourão.

"O perfil de portadores de Aids e situação diante do preconceito e da exclusão no ambiente social" é um estudo de caso no contexto vivencial, com a Prof. Tânia Alves, também da Escola de Design.

Esses são projetos que colocarão os alunos que entraram este ano, os cotistas, em contato com o estudo. Segundo o Ministério da Saúde, há um aumento do número de portadores do vírus HIV na população negra. Os projetos foram divididos nessas temáticas para que possamos caminhar no estudo científico e elaborar relatórios e artigos no final.

Os alunos que compõem o projeto na Faculdade de Educação são: Alessandra, Amanda, Ana Paula, Carla, Daniel, Edilene, Elaine, Elândia, Eliana, Elizângela, Eloiza, Eunira, Fabiana, Fernanda, Fernanda de Souza, Flávia Ribeiro, Geralda Francisca, Ivonete, Josélia, Luciene, Maria da Glória, Maria de Fátima, Michel, Noeme, Patrícia, Raquel, Regina, Roseli, Vladimir e William.

Na Escola de Música, são Lucélia Benvinda e Poliana Soares. Na Escola de Design, André Lima, Andrezza, Alvimar, Celly, Elizabeth, Guilherme, Iza, Lina, Marcus, Mauro, Mireille, Rafael, Rogério e Sandra.

Há aqueles que são favoráveis às cotas e os que são contra. Os discursos desfavoráveis alegam que algumas pessoas entram com facilidade na universidade. Isso não ocorre. No processo desenvolvido na Uemg, os alunos foram submetidos a provas com os mesmos critérios dos alunos regulares. A excelência e o mérito não deixam nada a dever. O mérito, a preocupação e o esforço são grandes. Muitos colegas que estudaram há 20 anos têm, por meio das cotas, a oportunidade de voltar aos bancos das escolas. Percebemos, ainda, um aumento gradativo do número de negros no sistema educacional brasileiro. Hoje, 97% dos universitários são brancos, 2% são negros, e 1% pertence a outras etnias. É necessário mudar, é necessário que todos tenham acesso. Talvez, por meio da educação, consigamos melhorar este país. Obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de transparências.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Paulo Augusto dos Santos, Paulão, amigo batalhador, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Neide Wood, Magnífica Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão da Uemg - meu sonho é que essa Universidade possa ser ainda muito maior, embora já tenhamos avançado um pouquinho; pela proposta, na Constituição mineira de 1989, a Uemg pode e deve ter o tamanho de Minas, e precisamos lutar por isso -; Prof. José Carlos Pedro, representando a Pró-Reitora da PUC Betim, Dra. Carmen Luísa; Celso Moretti, amigo homenageado, que nos brindou com um belo canto; Eunira de Lourdes Hilário, representante dos alunos cotistas negros da Uemg; Maria José Pereira, Dedé, homenageada desta noite; Sebastiana Geralda Ribeiro Silva, também homenageada; Jumom Aparecido Moreira Dias, jovem representante do Grupo de Congado Mirim Nossa Senhora Aparecida; Deputada Maria Tereza Lara, amiga e colega, autora do requerimento que deu origem a esta comemoração; Deputados Paulo Piau e Edson Rezende, Deputada Elisa Costa, senhoras e senhores, a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, no momento em que a Europa, especialmente a França, vive a conturbação de uma revolta social por razões étnicas, torna-se um tema para comparação e reflexão.

Jovens descendentes de árabes e de negros que emigraram para a França, sem perspectivas de emprego e de integração à sociedade europeia, protestam incendiando os subúrbios onde foram confinados em desumanos conjuntos habitacionais.

A violência, a falta de oportunidade no mercado de trabalho e o tráfico de drogas, presentes na vida daquela juventude, fizeram a imprensa comparar com ironia o subúrbio parisiense às favelas do Rio de Janeiro. Contudo, se a imigração na França é fenômeno de duas ou três gerações, a situação dos afro-descendentes penetra como uma raiz profunda em nossa história.

Mais que mão-de-obra desconsiderada, o africano transplantado para o Brasil como propriedade privada dos escravocratas, além de explorado como força de trabalho, foi cotidianamente torturado e violentado. A herança dos tempos não tão remotos da escravidão se faz bastante presente. Pesquisas irrefutáveis do Dieese, também homenageado hoje, constata a dupla discriminação da mulher negra nos postos de trabalho e nos salários.

Acompanham as baixas taxas de população negra em geral, tanto no ensino universitário quanto no mercado de trabalho urbano, no último caso sempre nas funções menos qualificadas. Zumbi dos Palmares, por sua bravura e seu instinto libertário, é identificado como o herói da consciência negra, bandeira dos que defendem a inserção social dos afro-brasileiros. À sua época, Zumbi e tantos outros líderes negros viram-se obrigados a criar aldeias à parte da vida colonial. Mesmo assim, os quilombos, como os aldeamentos indígenas, eram reprimidos e dizimados, pois o governo colonial não admitia quistos de liberdade no interior do sistema.

Com a lenta e continuamente postergada libertação, consumada ao final do império, não se deram aos ex-escravos as possibilidades de sobrevivência digna oferecidas aos imigrantes brancos vindos da Europa. Não receberam terra nem trabalho.

Hoje, presentes na maioria das cidades brasileiras, nas favelas, sem infra-estrutura, com habitações precaríssimas, onde a violência explode com mais crueldade, é que vive uma significativa parcela dos nossos irmãos mais pobres, entre eles, os afrodescendentes. Apesar dessa situação desafiadora e das condições críticas de vida, explode a cultura, a música, a alegria. Isso nos anima e nos dá esperança, Dona Sebastiana, de que, neste país, com tantas separações, com tamanho 'apartheid', ainda vamos poder celebrar os valores humanos, homens, mulheres, brancos, negros, índios. Não poderá haver, no Brasil, uma pátria que se considera cristã, nessa condição, onde quase nada é oferecido às pessoas mais pobres e negras. O espaço das universidades, da ciência e do conhecimento não poderá ser oferecido apenas a uma parcela pequena da sociedade, às elites dominantes, predominantemente de brancos. Temos de romper isso. Não somos nem devemos ser semeadores de ventos. Não queremos colher tempestades, mas precisamos olhar para a realidade do mundo. A realidade da França, neste momento, até para dizer em alto e bom tom, poderá acontecer em outras regiões do mundo. Aqui no Brasil, essa não é a violência maior. A maior violência que se pratica no Brasil é o 'apartheid', é a discriminação, é o preconceito, é a separação das pessoas. Hoje vimos aqui uma mulher negra falar da universidade. Essa condição deverá ser transitória e muito mais ampla a cada dia.

Diante dessa fala, poderemos adicionar um fato extremamente relevante, que não diz respeito apenas a essa condição dos negros em relação aos brancos, e dos pobres em relação aos ricos, mas também de todos os seres humanos. Há experiências muito significativas e expressivas que mostram e que nos levam a criticar e a condenar não as cotas, mas o vestibular como é realizado. As pessoas que já foram selecionadas em algum lugar, por meio de sorteio para ingressar nas universidades, tiveram as mesmas condições de conhecimento e a mesma capacidade de desenvolvimento dos talentos que aquelas que passaram pelo crivo do vestibular. O vestibular é o que tem de ser banido, porque discrimina e separa, e nem sempre escolhe os melhores, pois há também fraudes, que fazem parte da nossa história. Não há distinção entre aqueles que entraram fraudando e os que aprenderam e que foram treinados para o vestibular. Na verdade, ele é um treinamento, mais que uma formação e um acúmulo de conhecimentos. As pessoas treinam e prestam o vestibular. Se não passam, treinam novamente.

Falamos muito em desperdício neste país. Há desperdício maior do que essa situação? Os jovens jogam fora o seu tempo de juventude, às vezes um, dois, três, quatro, cinco anos, para ingressarem em uma universidade. Às vezes, depois disso, abandonam a possibilidade de entrarem em uma universidade. Isso é mais desperdício que um feijão que apodrece nos armazéns. A juventude é jogada fora. É a vida, os talentos humanos e a própria esperança das pessoas que, muitas vezes, apodrecem, reduzindo-as a uma situação de segunda categoria, de desencanto e de rebaixamento da sua auto-estima.

Temos de mudar essa realidade do País, não em relação às cotas. Os nossos jovens brasileiros que cursarem o 1º e o 2º grau, cumprindo esse tempo de estudo, deveriam ter a igualdade de oportunidade de ingresso nas universidades. Se não houver para todos, quem sabe a melhor forma não seria o sorteio? Mais que isso, este Brasil tem de oferecer à sua juventude, se pretende constituir-se em uma grande nação, a oportunidade de percorrer os caminhos do conhecimento nas universidades e nas escolas tecnológicas. Assim estaremos promovendo a educação para todos durante todo o tempo e em todos os lugares. Assim estaremos fazendo o Brasil.

Não estamos aqui como apoiadores dos negros, D. Sebastiana, mas como companheiros e irmãos. Temos de caminhar juntos. Não estamos aqui para apoiá-los somente nas lutas e nos grandes sacrifícios e desafios que enfrentam. Tenho a certeza de que os Deputados presentes, Maria Tereza Lara, Paulo Piau e Elisa Costa, estão aqui como seres humanos, porque a cor da pele, que faz essa diferença, estabelece a relação dos gostos. Muitos gostam dos brancos, e outros dos negros. As belezas são diferentes, mas todos a possuem e têm os sentimentos e os valores que carregam na alma. A nossa formação não nos faz diferentes, mas nos faz sentir desafiados a construir uma nação melhor e mais justa.

Seria muito bom, para que essa compreensão fosse maior no Brasil, que aqui também, nesta Assembléia e nesta mesa, pudessem sentar, mais vezes, não aqueles que vêm aqui para serem homenageados - e fazemos isso com muito gosto -, mas aqueles que seriam também os protagonistas da condução dos destinos deste Estado e do nosso país. É muito importante o grande desafio que se coloca, no momento, no Brasil, que os negros possam ocupar as cátedras, os bancos das universidades, os parlamentos, os Executivos e o Judiciário. Assim, nós, na proporção em que existimos na sociedade, conduziremos também os destinos no Brasil. Não tenho dúvida de que, com isso, a violência será reduzida.

Em Minas Gerais, assistimos a uma enorme pressão, e ela é necessária. Aliás, os Juízes tomam medidas para soltar pessoas condenadas por graves crimes. Isso mostra a agudeza, o momento, a necessidade urgente de termos penitenciárias. Muito mais que isso, precisamos ter, no Brasil, justiça. As penitenciárias a mais, que acomodarão melhor os condenados, não são o instrumento maior da Justiça. No Brasil, seria a reforma agrária, que chega devagar, e as cotas que precisam ser ampliadas e ainda são poucas. Se é necessário fazer críticas, devemos dizer que essas cotas não representam a verdadeira proporcionalidade daqueles que merecem também ingressar nas universidades. Precisamos, para reduzir a violência no Brasil, repartir as riquezas, frutos do conhecimento, da tecnologia e do trabalho de homens e mulheres de todos os tempos e gerações. É esse o nosso desafio agora, e construiremos isso juntos, parceiros de braços dados.

Retomarei o discurso para concluir: Entre os vários flancos da luta afirmativa do movimento negro, na busca de seu direito à cidadania, existe a política de cotas na universidade. Medida de emergência em busca de reparação à permanente exclusão de uma importante parte da população vem sendo atacada e minada por muita gente." As elites não suportam essa situação.

A universidade pública e gratuita só vem sendo freqüentada pela juventude negra nos cursos menos solicitados pelo mercado de trabalho. Parece ser a única oportunidade que a maioria silenciosa, em seu racismo não confesso, permite a esses jovens. Vozes clamam contra as cotas, desqualificando a idéia, como contrária ao mérito e causadora do alijamento de não negros mais competentes das vagas universitárias." Quem pode dizer isso? E, ao dizer isso, só o faz por ignorância.

Tentando adiar a chance dada aos afro-descendentes, defendendo antes a melhoria do ensino público fundamental e médio, essas vozes refletem a hipocrisia assumida pelo senso comum nacional." Não tenho dúvidas de que temos, sim, de defender o ensino de qualidade para todos, o ensino médio e o fundamental, mas não podemos fazer esse racionalismo nesse momento para negar a oportunidade dos nossos irmãos e irmãs pobres às universidades.

O Brasil, falaciosamente, mostrava-se ao mundo, ao longo da maior parte do século XX, como um país sem discriminações, cantado em prosa e verso como o local da integração racial, cenário da harmoniosa sinfonia das três raças. Mas a miscigenação, com origem na bastardia e raramente nos casamentos mistos, sempre provocou cidadãos de segunda classe, com emprego, moradia e educação precários. O Dia da Consciência Negra não pode ser visto ainda como uma data comemorativa, mas é motivo de uma reivindicação permanente. só seremos uma democracia verdadeira quando nossos cidadãos, independentemente de raça ou gênero, dispuserem das mesmas oportunidades.

O Brasil só terá o respeito pleno do mundo a partir da total inclusão dos afro-brasileiros. Somente assim será uma verdadeira república na qual se pratica justiça e se reconhece a liberdade. Muito obrigado.

O locutor - Convidamos os presentes para o lançamento da Primeira Produção Gráfica sobre a Construção de Identidade e Inserção Social dos Afro-Brasileiros, de autoria de professores das unidades da Uemg de Belo Horizonte e interior - Organização do Núcleo de Estudos Afro-

Brasileiros - Neab-Uemg -, que ocorrerá neste instante, no Salão Nobre, andar térreo desta Casa.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 18, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 69ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 16/11/2005

Presidência dos Deputados Mauri Torres, Fábio Avelar e Antônio Andrade

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.286/2005 e dos Projetos de Lei nºs 1.529, 1.869, 1.879 e 1.937/2004, 2.038, 2.077, 2.141 e 2.184/2005; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado André Quintão; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.264/2005; requerimento do Deputado André Quintão; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 811/2003; discurso do Deputado Antônio Júlio; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.575/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.933/2004; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.313/2005; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jésus Lima - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.286/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, inciso XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À promulgação.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.529/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.869/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ipuiúna o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.879/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica ao Município de Tapiraí. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.937/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que cria o Pólo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecções da Região Sul de Minas e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.038/2005, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre a prestação de serviço de transporte escolar rural na rede estadual de ensino por profissionais autônomos contratados por Prefeituras Municipais. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Andrade) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.077/2005, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Recreio. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.141/2005, do Deputado Fahim Sawan, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.184/2005, do Governador do Estado, que altera a alínea "f" do inciso I do art. 4º da Lei nº 13.687, de 27/7/2000, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda no Estado de Minas Gerais. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 68/2005 e o Projeto de Lei nº 2.114/2005 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.264/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro -, de que trata a Lei nº 13.194, de 29/1/99, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 8, que apresenta. Foram apresentadas ao projeto a Emenda nº 9 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 4, 5 e 8. Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 2.264/2005. Em votação, o requerimento. Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 811/2003, da Deputada Jô Moraes, que cria o Cadastro Mineiro de Controle da Mortalidade Materna e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio * - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos aqui para discutir o Projeto de Lei nº 811/2003, da Deputada Jô Moraes, que cria o Cadastro Mineiro de Controle da Mortalidade Materna. Esse projeto é da maior importância para o controle da mortalidade em nosso Estado, a fim de que o governo tenha um cadastro para discutir, fazer programas e projetos que possam diminuir a mortalidade.

Preocupa-me, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a mudança de rumo que o governo tem feito em alguns setores, por meio de decretos, portarias e regulamentações. Chamo a atenção dos Deputados Paulo Cesar, Dilzon Melo, João Leite e Alberto Pinto Coelho sobre um decreto publicado, ontem, pelo governo do Estado, em que se modifica todo o sistema tributário do nosso Estado de Minas Gerais, modificando regras e determinações, em plena vigência, de contratos e projetos feitos pelas empresas para investir em Minas Gerais.

Estive na Secretaria de Agricultura, e vimos o Secretário, Deputado Silas, entusiasmado com a possibilidade de Minas Gerais voltar a ter matadouros e frigoríficos, e a Secretaria baixa um decreto voltando à cobrança do ICMS das carnes.

Isso é muito sério. Já sabia disso há mais de 30 dias, numa discussão sobre essa malfadada substituição tributária que está sendo implantada em Minas Gerais, em prejuízo do nosso Estado, desfavorecendo o empresariado mineiro. Houve uma modificação na tributação.

Realmente isso é muito sério. Minas tem o gado, o maior rebanho, o qual mandamos para São Paulo para que seja abatido e volte para o nosso Estado industrializado, por uma questão fiscal, Deputado Paulo Cesar.

Gostaria que os Srs. Deputados perdessem um pouco de tempo para analisar essa lei, apesar de ser um decreto que ninguém entende, nem mesmo a Secretaria de Fazenda. Se chamarmos para vir aqui, amanhã, 10 técnicos, e dos mais graduados daquela instituição, e pedir-lhes uma justificativa ou uma explicação, não saberão dar. Olhem o decreto para ver se conseguem entendê-lo. Para se ter um mínimo de conhecimento, são necessários três técnicos altamente qualificados e, pelo menos, cinco computadores ligados em rede a fim de se analisar o que está sendo modificado. Isso, Deputado Alberto Pinto Coelho, precisa ser levado ao Governador. O Eduardo Azeredo pagou caro por isso. Mas o Itamar Franco não, porque deixou para a Assembléia tomar as providências contra esse tipo de comportamento da Secretaria de Fazenda. Aquela Secretaria é um outro governo e tem prejudicado todos os projetos do governo de Minas. Tenho dito ao Secretário Wilson Brumer, quando vamos ao Palácio em alguma solenidade, que eles fazem um projeto, uma discussão, mas a Secretaria de Fazenda não deixa que ele seja concretizado.

Esse decreto publicado ontem me deixou realmente preocupado, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Percam um tempo pequeno, dêem uma olhada nas modificações feitas, principalmente vocês que recebem as demandas do empresariado mineiro. Está ficando impossível investir aqui. É justamente o contrário do que o governo prega, Deputado Padre João. Quem conhece a legislação tributária e fiscal do nosso Estado não investe em Minas Gerais. Estamos "cantando essa bola" aqui.

Infelizmente há uma omissão muito grande de todos nós. Quando levantamos alguma questão, somos tachados de oposição. Mas quero ser oposição nessa discussão sim, pois estou ajudando o meu Estado, defendendo os interesses de Minas, e não os de meia dúzia de funcionários graduados da Secretaria de Fazenda. Ela é comandada por três grupos, cada um com uma ideologia diferente; e impõem a fiscalização e a

cobrança dos tributos em Minas Gerais de acordo com aquela que está no poder. Enquanto isso, nosso Estado está ficando para trás.

Deputado Weliton Prado, tenho falado isso, há mais ou menos 10 anos. Minas era a segunda economia. Já somos a terceira e iremos para quinta, se não houver uma modificação no sistema de desenvolvimento do nosso Estado. O sistema fiscal e de tributação é que tem prejudicado o desenvolvimento do querido Estado de Minas Gerais.

Estou preocupado, Deputado Mauri Torres. V. Exa., como aliado do Governador Aécio Neves, precisa alertá-lo sobre isso. Estão colocando casca de banana em seu governo para que ele escorregue. Citarei alguns casos aqui, Deputado Weliton Prado. A Secretaria cobra uma taxa dos coitados dos proprietários de "outdoor" num valor três vezes maior que o próprio negócio deles. Teve que revogar o decreto. Temos o caso da taxa de segurança pública. Quando se estava sendo assaltado, era necessário pedir ao assaltante que esperasse até que fôssemos ao banco a fim de pagar uma taxa para, depois, chamarmos a polícia. São coisas com as quais não conseguimos entender o que querem. Quando levantamos essas questões, dizem que estamos fazendo oposição.

Vimos, há um mês, o governo fazendo propagandas em que dizia que estava baixando o ICMS da cesta básica, colocando na relação arruda e guiné. Só se for para tirar o mau-olhado das pessoas que ficam doidas para comer os produtos de uma cesta básica, a fim de se alimentarem, e não têm condições. Só se o governo quiser isso! São essas questões que estamos levantando.

Volto a repetir, gostaria que os Srs. Deputados lessem o decreto publicado. Penso que é muito sério o que está ocorrendo no governo. Estamos querendo ajudar e participar, mas somos impedidos. Falo isso com muita tranquilidade, Deputado Luiz Humberto, nosso Líder do PMDB, pois tive essas demandas várias vezes. Já disse aqui que o único Governador que atendeu a Assembléia Legislativa foi o Itamar Franco, pois retirou três projetos enviados a esta Casa, de cuja autoria não se sabe até hoje.

Sabem apenas que o Governador encaminhou pela sua assessoria e quando aqui chegou, quando vimos o absurdo que era, levamos ao Governador, e ele mandou que o projeto fosse retirado. Foi o caso de um projeto de taxa do sistema de saúde do nosso Estado, um dos maiores absurdos que poderia tramitar nesta Casa. Não acredito que a Assembléia aprovaria, mas iria tramitar se o Governador não mandasse retirá-lo.

Aqui, na Assembléia Legislativa, precisamos abordar essas questões a fim de defender o Governador e o governo do nosso Estado. O Governador, daqui a um ano, disputará eleições para Presidente, ou talvez nem será candidato, mas o nosso Estado continuará sendo governado por alguém, com a legislação que aprovamos.

Fico muito preocupado quando discutimos o Projeto de Lei nº 811/2003. O que acontecerá quando vier a regulamentação? Será a mesma que hoje tem sido feita na Secretaria de Fazenda, que, por decreto, portaria ou regulamentação, mudam a regra do jogo, indiferente se a lei é de um jeito ou de outro? Isso, Deputado Weliton Prado, tem-nos deixado apreensivos. O governo já recuou em algumas coisas que questionamos, como, por exemplo, a questão dos "outdoors", a questão da taxa de segurança pública. Em Montes Claros, se a casa de uma pessoa estivesse sendo assaltada, a pessoa tinha de ir ao banco pagar uma taxa para ter o atendimento da polícia. Então, se isso acontecesse na sexta-feira, ou o assaltante esperava até segunda-feira para que você pudesse pagar a taxa no banco, ou você não seria atendido pela Polícia Militar. Estou inventando isso? Isso não estava na lei? Estava e tiveram de retirar. Isso é um absurdo!

Para mim isso é uma casca de banana no projeto do Governador Aécio Neves. Esse projeto da arruda pode passar despercebido pela maioria, mas, quando lemos a relação dos 150 produtos da cesta básica, vemos que isso é querer fazer a população de boba, é querer fazer este Parlamento de bobo. Não podemos aceitar. Podemos até votar, porque a maioria não está nem aí e está votando do jeito que vem, mas temos de fazer um alerta para o que está acontecendo. Quando o governo coloca arruda na relação dos produtos, isso tem de ser discutido e publicado. O governo coloca arruda na cesta básica esquecendo-se de que se trata de um produto altamente tóxico; a não ser que queira matar a população mais carente do nosso Estado, que terá condições de comprar arruda mais barata, porque vai baixar o ICMS.

O Deputado Adalclever Lopes fez uma indagação bastante interessante. Queria pedir informação à Secretaria de Fazenda para saber qual é o impacto da redução do ICMS da arruda na arrecadação do Estado, Deputado Padre João.

É isso que me preocupa. Queremos ajudar o Governador Aécio Neves a fazer um grande governo, porque qualquer Governador que fizer um bom governo será bom para todos nós. Mas, em relação ao desenvolvimento do Estado, estamos vendo uma propaganda que não corresponde à realidade.

Volto a repetir que quem conhece o sistema de fiscalização do nosso Estado, quem conhece a nossa Secretaria de Fazenda não investe em Minas Gerais, porque não acredita no regulamento e nos decretos. Às vezes deixamos que o regulamento e o próprio decreto sejam mais importantes que a legislação.

Fico preocupado com esse projeto da Deputada Jô Moraes porque o projeto tem seu objetivo, mas, quando for regulamentado, não atenderá a esses objetivos.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Queria agradecer o aparte, Deputado Antônio Júlio, e parabenizá-lo pela questão seriíssima e grave que o senhor traz à tribuna desta Casa. Temos de acabar com a ditadura dos decretos e resoluções "goela abaixo", sem discussão, na calada da noite. Isso não pode acontecer em hipótese nenhuma. São questões sérias que mexem com todo o sistema tributário do Estado.

O Deputado Antônio Júlio abordou uma questão que é a pura realidade. Quem conhece profundamente o sistema tributário de Minas Gerais não investe em Minas, e quem está em Minas está saindo para outros Estados. As indústrias de arroz não resolveram seu problema com as mudanças do Governador. Conversei com vários empresários que disseram que sairão do Estado de Minas Gerais e irão para Goiás ou São Paulo porque não agüentam mais. A carga tributária no nosso Estado é muito pesada.

Infelizmente não existe sensibilidade para que esse tema seja discutido. Isso é importante. O espaço de discussão é esta Casa: no Plenário, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e na Comissão de Defesa do Consumidor. Precisamos fazer debates e propor mudanças. O Governador e a Secretaria de Fazenda querem convencer-nos que desejam fazer debates e discutir com a sociedade por meio de decretos, sem o conhecimento prévio dos setores interessados. Isso é ditadura. O Deputado Antônio Júlio acompanhou de perto, debateu e discutiu o problema do setor de medicamentos. Isso também ocorreu com os segmentos de autopeças e de materiais de construção.

O Deputado Antônio Júlio citou o exemplo das empresas de "outdoors", cujo desenrolar também acompanhei. O preço que o Governador queria cobrar pela placa em faixa de domínio era muito mais alto que a arrecadação das empresas. A situação ficaria totalmente inviável, causando o fechamento de empresas do interior. Concordo com o Deputado Antônio Júlio. Não acredito que o Governador sabia que desejavam cobrar até para que a polícia fosse chamada para fazer um simples boletim de ocorrência. Não acredito que o Governador tinha conhecimento dessa proposta. Se sabia, foi omissivo e teve de dar o braço a torcer. Graças ao nosso empenho, fizemos essas alterações. Conseguimos, com o PMDB, acabar com a taxa de incêndio, que onerava muito o contribuinte, principalmente as donas de casa. Está presente a Deputada Lúcia Pacífico,

que conhece bem essas dificuldades. Esse foi um grande clamor da sociedade. O governo teve de dar o braço a torcer.

Deputado Antônio Júlio, V. Exa., que possui vasto conhecimento da questão tributária, que está sempre defendendo o contribuinte, a geração de emprego e renda no Estado de Minas Gerais, sabe que é fundamental alertarmos todos os Deputados desta Casa para a nossa responsabilidade. Não podemos fugir da nossa responsabilidade e não podemos ficar calados diante de decretos absurdos e abusivos, feitos na última hora, sem discussão com os segmentos interessados. Isso não pode acontecer. Na minha avaliação, decretos como esses são repelentes, ou seja, repelem as empresas que desejam investir em Minas Gerais. As empresas não aceitam isso, porque ficarão à mercê da cabeça de técnicos do governo. Infelizmente, os técnicos abordam apenas questões totalmente burocráticas. As vezes nem eles entendem aquilo que estão falando.

Parabenizo o Deputado Antônio Júlio. É muito importante levantarmos essa discussão e alertarmos os Deputados desta Casa para a necessidade de realizarmos um debate de alto nível em defesa do Estado de Minas, pela desoneração. Se conseguirmos desonerar, com certeza a produção aumentará. Com o aumento da produção, conseguiremos exportar e gerar emprego e renda. Teremos mais recursos para que seja resolvido o problema de infra-estrutura do escoamento de produção. Com a carga tributária elevadíssima, com o sistema tributário que muda constantemente, os segmentos não têm confiança no Estado. Infelizmente o governo não passa credibilidade, que é tão necessária para garantir mais investimentos em nosso Estado. Parabenizo, mais uma vez, o Deputado Antônio Júlio. Espero que continue nessa luta. Com certeza, poderá contar com o nosso apoio.

O Deputado Antônio Júlio * - Agradeço as palavras do Deputado Weliton Prado. Às vezes o Governador não tem conhecimento da matéria que é encaminhada para esta Casa. Mas tem sido sensível. Precisamos entender dessa forma. Várias questões foram levantadas nesta Casa. O Governador mandou imediatamente que fossem revogadas ou que fossem feitas modificações, como ocorreu com os "outdoors" e com a taxa de incêndio, além de outros projetos que foram remetidos para a Assembléia e que colocaram o Governador numa situação desconfortável. Apesar disso, toma decisões para resolver os problemas que surgem.

Por isso cobro a participação dos Deputados, principalmente do Líder do Governo, do PSDB, que precisa levantar essas questões e levá-las ao conhecimento do Governador. Isto não pode ocorrer: o governo ficar à mercê do Secretário de Fazenda ou do Subsecretário de Fazenda, que se guiam apenas pela lógica da arrecadação.

A arrecadação do Estado não está aumentando, está-se mantendo, e isso precisa ser levado ao Governador. Na hora em que vamos falar sobre o aumento de taxas e impostos ou sobre a regulamentação, falamos dele, quando, na verdade, não é o maior responsável. Devemos cobrar dele a decisão, mas isso é feito na Secretaria de Fazenda.

Está errado, equivocado. Nunca se sonegou tanto no Estado de Minas Gerais como agora. Quando votamos o Projeto de Lei nº 821, cansei de dizer que a Secretaria de Fazenda estava pavimentando uma avenida de oito pistas, sem sinal e sem travessia, para haver sonegação. Em Minas, mesmo se aumentando a fiscalização, como a Secretaria afirmou que estava ocorrendo, tornou-se viável ser sonegador. Se não se está na viabilidade econômica da sonegação, o Estado o obriga a ser sonegador. Houve várias reuniões na Assembléia, na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para se discutir a questão dos medicamentos, e os empresários relataram que disseram claramente para a Secretaria de Fazenda que não queriam ser sonegadores, mas, sim contribuintes; entretanto, continuam insistindo em que sejam sonegadores. Talvez isso ocorra para que haja uma ação fiscalizatória, esses contribuintes sejam autuados e se crie essa arrecadação virtual, esse caixa que alguns dizem ser estrondoso, com R\$16.000.000.000,00 de dívida ativa, Deputado Fábio Avelar, que agora preside nossa reunião.

Está na hora de alguém levar ao Governador essa preocupação. Talvez fique um pouco cansativo levantar todas essas questões, mas tenho a satisfação de, em todos esses projetos enviados pelo governo, principalmente o Minas em Dia, ver a influência de nossa fala, de nossas sugestões. Queremos ajudar. Não queremos que o governo perca arrecadação; pelo contrário, queremos que tenha uma boa arrecadação, para que possa investir em nosso Estado; porém, a forma como está ocorrendo é equivocada. Estão fazendo tudo sem discussão, como disse o Deputado Weliton Prado. Apenas três, quatro ou seis pessoas discutem o assunto, por exemplo, na Fiemg, onde não se tem a mesma sensibilidade que o político. Tenho dito aos Secretários do governo para discutirem com os Deputados. Somos 77, e o Deputado tem uma sensibilidade diferente dos técnicos, que continuam administrando, Deputado Fábio Avelar, apenas com números, esquecendo-se das pessoas, dos empresários.

Por isso estou preocupado com o Projeto de Lei nº 811/2003, da Deputada Jô Moraes. Ele tem um objetivo que poderá ser modificado, ao ser regulamentado. Isso é o que ocorre no Estado, e nós, da Assembléia Legislativa, vemos o problema passivamente, de uma forma que não consigo entender. Por que não há uma reação da classe política? Quantos projetos do Governador Aécio Neves foram aprovados e tiveram que ser revistos, pois não tivemos a capacidade de mostrar seus equívocos? Depois de passado o tempo, quando vêm as dificuldades para sua implementação, o governo tem de mandar o projeto novamente, para fazermos a modificação de um artigo ou de um inciso, para regulamentar a lei já aprovada.

Percam um pouco de tempo amanhã, para terem conhecimento do assunto, ao serem procurados por empresários e industriais de suas regiões, reclamando que não conseguem trabalhar porque modificaram o sistema de fiscalização. A demanda vem sempre em cima do parlamentar, que não está nem aí. Estamos omissos, submissos. Votamos da maneira como o governo manda. Não podemos discutir. Ninguém tem mais paciência e disponibilidade para fazer uma boa discussão e ver o que está certo ou errado. Vamos aprovar o que está certo, mas vamos conversar sobre o que está equivocado. Esse é o papel do parlamentar.

O Deputado João Leite (em aparte) - Acompanho a discussão de V. Exa. sobre o projeto de autoria da Deputada Jô Moraes, concordando tratar-se de um projeto importante no tocante à saúde da mulher. A partir desse projeto, teremos os números referentes ao tratamento na área da saúde da mulher.

Também acompanhei a manifestação de V. Exa., sempre preocupado com o desenvolvimento do Estado e com a saúde das nossas empresas, marca de seu trabalho nesta Assembléia Legislativa. Respeitando seu ponto de vista, deixo um testemunho pessoal em relação ao Secretário de Fazenda, o Secretário Fuad. Reconhecemos sua contribuição ao Estado de Minas Gerais, desdobrando-se em seu trabalho. Hoje, temos, no Estado, uma situação melhor que a existente anteriormente. Sem dúvida, a presença do Secretário Fuad foi importante para que alcançássemos, se não o equilíbrio como um todo, pelo menos o equilíbrio possível neste momento.

Gostaria de falar da sensibilidade pessoal do Secretário Fuad. Lembro-me das vezes em que, cuidando da área da assistência social, da criança e do adolescente, com a responsabilidade que tínhamos na manutenção dos diversos abrigos que cuidavam de crianças e deficientes, liguei para o Secretário, notando sua preocupação permanente para que não faltassem recursos para essa área, apesar das dificuldades que o Estado vivia naquele momento.

Conheço, Deputado Antônio Júlio, sua luta histórica no que tange à reforma tributária em nosso país. Creio que sua luta está centrada justamente nisso: não é possível que os Estados continuem legislando, editando decretos, enquanto não experimentamos algo definitivo, que é a reforma tributária neste país. Refiro-me especialmente ao pacto federativo, algo por que V. Exa. muito lutou. Acompanhei os passos do governo federal, que arrecadou, em Minas, até agosto, mais de R\$32.000.000.000,00. Quase um orçamento e meio do Estado de Minas Gerais deverá ser alcançado até o final do ano. Estamos acompanhando a execução orçamentária no Estado e, daquilo que era aguardado, recebemos

apenas 12%. Apóio, portanto, V. Exa. nessa luta histórica pela reforma tributária neste país e pelo pacto federativo. Que o Estado receba os seus recursos; que não tenhamos dificuldades de divisas com os outros Estados!

Sou obrigado a deixar esse testemunho pessoal no que diz respeito ao Secretário Fuad, que, sem dúvida, tem dado grande contribuição ao Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma pessoa sensível, o que pude verificar, quando era Secretário da área social do governo, e contei com todo o apoio do Secretário de Fazenda, assim como com o do governo. Obrigado. Continuo acompanhando a sua manifestação, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio * - Obrigado, Deputado João Leite. Quero deixar bem claro que não falei do Secretário. Estou falando da Secretaria. Disse que os governos passam, mas a Secretaria permanece com as mesmas pessoas. O Secretário Fuad está lá hoje, mas, se amanhã sair, continuam as mesmas pessoas na estrutura da Secretaria. Tenho criticado a Secretaria de Fazenda, mas sempre evito falar em nomes de pessoas, porque estou criticando a estrutura da Secretaria de Fazenda, a qual não tem dado a sua contribuição para o desenvolvimento do Estado.

Reconheço o esforço do Secretário em fazer uma modificação e que o Estado começou a aplicar melhor os seus recursos, apesar de a arrecadação continuar praticamente a mesma. Houve melhoria na aplicação do orçamento do Estado. Reconheço isso tudo, mas não estou criticando essas conquistas.

A Secretaria de Fazenda, em sua estrutura, tem três grupos com posicionamentos diferentes. Cada Secretário que assume faz um projeto de fiscalização ou de tributação. Há sempre modificações. Nosso Estado talvez seja o que mais modifica sua legislação tributária.

Deputado João Leite, essa situação me preocupa porque não é a lei que prejudica; são os regulamentos, decretos ou portarias. Isso não dá segurança aos investidores. Por isso, Minas Gerais passou para o terceiro lugar na economia e agora deve perder para Goiás e para o Paraná. Acabaremos sendo a quinta economia do País. Isso é muito triste. Temos de dar um grito. Queremos que o Estado arrecade e tenha uma boa fiscalização, mas não desejamos que o Estado, por meio da Secretaria - e não das pessoas -, faça essas mudanças. Peço ao Deputado João Leite que amanhã estude a matéria. Essa situação assusta.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, espero que isso não aconteça. Temos acompanhado o vigor da nossa economia. Os investimentos têm sido feitos. Bem próximo de nós, temos visto investimentos do governo no vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Aeroporto Industrial de Confins, para exportação. O governo tem investido na infra-estrutura do Estado. Tem havido o diálogo internacional que o governo de Minas, por meio do Governador Aécio Neves, vem realizando.

Nossa expectativa é de que o nosso Estado continue a crescer. Estou há três mandatos na Casa e tenho acompanhado V. Exa. na luta da questão tributária, mas isso não pode de forma alguma tirar o brilho do trabalho que o governo vem realizando. Espero que a gente, cada vez mais, cresça, e que não percamos o posto que alcançamos na economia nacional para os outros Estados.

O Deputado Antônio Júlio *- Deputado João Leite, reconheço o trabalho do Estado, que tem investido. Reconheço ainda o valor do déficit zero. Quando o Governador Aécio Neves assumiu, a dívida do Estado era de R\$28.000.000.000,00. Pagará R\$7.000.000.000,00, mas a dívida aumentará para R\$50.000.000.000,00. Temos de rever essa situação.

Entendo que o governo está fazendo um esforço muito grande. Estive com o Secretário Wilson Brumer, que me disse que discute e discute, mas que, quando chega na Secretaria de Fazenda, as coisas emperram. É isso que quero questionar. O governo tem de mandar essa discussão para a Assembléia Legislativa, para os Deputados, que querem defender o Aécio Neves e o nosso governo.

Essa discussão tem de ser mais clara aqui na Casa. O Governador não entrará aqui ou irá à Secretaria de Fazenda para discutir projetos ou detalhes relativos a eles. Temos a obrigação de fazer isso. Estou questionando essa situação. Temos várias empresas, como a de medicamentos, que estão indo embora para São Paulo. Isso ocorre por causa de um decreto ou de uma regulamentação que foi baixada há um ano e quatro meses. Estão indo embora porque não conseguem sobreviver no Estado.

Chega ao absurdo de os nossos empresários - e aqui volto aos empresários dos medicamentos - não poderem vender para os órgãos públicos do Estado. Empresa mineira não pode vender para a Prefeitura nem para o Estado. Isso é muito sério e grave. Temos de solucionar esse problema. Não podemos permitir que o imposto do medicamento seja maior que o valor do próprio medicamento. Estou querendo discutir uma forma de ajudar o Governador Aécio Neves. Temos de mostrar para eles que há alguns equívocos. Se ficarmos aqui dizendo que está tudo bem, que a Secretaria mandou e temos de fazer, as coisas não acontecerão. Depois, será tarde.

Converse com o Secretário Brumer para saber quais são as suas dificuldades. Quando S. Exa. fecha os negócios de desenvolvimento e de crescimento do Estado, acaba vindo à Secretaria para criar caso. Não é o Secretário que cria caso; S. Exa. é o que menos cria caso.

Várias Subsecretarias e pessoas que dirigem a Secretaria de Fazenda começam a criar dificuldade, pois não têm preocupação com o desenvolvimento urbano e a distribuição de renda, mas apenas a lógica da arrecadação a qualquer preço e custo. Observem quantos erros vieram somente este ano e que tivemos de modificar! Felizmente, o Governador Aécio Neves, nesse ponto, também é muito sabido. Quando vê as dificuldades...

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Deputado Antônio Júlio, lembro a V. Exa. que o projeto em discussão é o da Deputada Jô Moraes. V. Exa. está fugindo totalmente do assunto. Peço a sua compreensão.

O Deputado Antônio Júlio * - Estou discutindo o projeto da Deputada Jô Moraes. Não estou fugindo. Gostaria da compreensão de V. Exa. porque estou discutindo sobre regulamentação de lei. Por isso acho que o projeto da Jô Moraes é importante. Porém, no momento da regulamentação, acontecerá como esse histórico que conto aqui. Não mudei de rumo. O projeto é polêmico. Estou discutindo aqui as regulamentações das leis no nosso Estado, as quais trazem dificuldades. Votamos um projeto, e a regulamentação criada lá muda totalmente o conteúdo. Estou bem dentro do plano. Talvez esteja divagando ou contando um pouco de histórias. Estas são verdadeiras e mostram que lei no nosso Estado nem sempre é regulamentada da maneira como foi aprovada. É isso que discuto. Por isso estou preocupado com esse projeto da Deputada Jô Moraes. Que seja votado, aprovado e sancionado pelo Governador atendendo ao objetivo do que estamos aprovando. Discuto tudo isso para mostrar minha preocupação em defesa do projeto da Deputada Jô Moraes. O projeto é muito importante para o nosso Estado e merece todo o nosso respeito. Que ele não seja desvirtuado no momento da regulamentação.

Para finalizar, Sr. Presidente - que, aliás, já está ansioso -, direi pela quarta vez aos Deputados que percam um pouco de tempo e analisem o decreto publicado hoje, para que sintam se estão ajudando o Governador Aécio Neves a governar o nosso Estado ou se estamos jogando cascas de banana para que escorregue, como no caso do "outdoor" e do pagamento de uma taxa para chamar a polícia em caso de assalto ou envolvimento em um acidente de trânsito. Se o evento tivesse ocorrido numa sexta-feira, por exemplo, a pessoa precisava esperar até segunda-feira para ir ao banco, a fim de pagar a taxa e chamar a polícia! Isso é casca de banana, ou seja, coisas que não têm lógica. Pôr

arruda na cesta básica também não tem lógica. Desejo alertar os Deputados para isso. Talvez arruda... Amanhã apresentarei uma explicação mais clara.

Ontem, o José Alencar - aliás, V. Exa. deve ter visto; está no projeto, não precisa se preocupar - disse novamente, como há 15 dias, que o PT ou o Palocci fez um pacto com o diabo. Isso foi notícia nacional. O Governador, que é muito sabido politicamente, disse: "Olha, arruda é bom para tirar pacto com diabo, mau olhado, macumba". Pelo menos na nossa crença mineira, ela é importante. Com um pouco da sua sensibilidade política, talvez o Aécio deva ter pensado: "Minas tem muita arruda. Isso já é uma tradição. Quem sabe, baixando o ICMS da arruda, ela possa participar da cesta básica?". Só se for para matar os coitados dos pobres. E ainda que ela sirva para tirar o mau olhado, até para o Lula adquiri-la no nosso Estado e utilizá-la para fazer lá as suas sessões de descarrego...

Deputado Fábio Avelar, precisamos alertar e ajudar o Governador. Participei de projetos aqui... Alguns, como os da Secretaria de Fazenda, que foram assinados pelo Governador Itamar Franco, não chegaram nem a tramitar. Levantamos as dificuldades que criavam para o governo, e ele retirou imediatamente o projeto. Depois, todos verificaram que realmente não podia tramitar.

Quando forem regulamentar o projeto de lei da Deputada Jô Moraes, peço que não façam modificação. Conto toda essa história porque isso foi feito por meio de decreto, portaria, regulamento. Que esse projeto tão importante para o nosso Estado não seja desvirtuado quando for regulamentado ou os decretos saírem para regulamentação.

Muito obrigado pela paciência. Penso que este é um momento oportuno e faço um apelo a V. Exa., que é um dos Deputados mais experientes desta Casa, para que leia o decreto. Se eu estiver errado, corrijam-me amanhã. Estou falando isso em defesa do Governador Aécio Neves e em nome do nosso governo do Estado de Minas Gerais, porque nós passamos, o Secretário passa, o Governador passa, mas o Estado fica, e é essa a minha preocupação.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 811/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.575/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura do Bambu e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.575/2004 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nº 1 a 3. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.933/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a imediata liberação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV - pelo Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Detran-MG - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.933/2004 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.313/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campos Altos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.313/2005 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 17, às 9 horas, e para a reunião especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 70ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/11/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento da Deputada Jô Moraes; aprovação - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003; encerramento da discussão; inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 68/2005; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.114/2005; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.028/2005; aprovação com as Emendas nºs 1 a 5; declaração de voto - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.327/2005; apresentação do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento do substitutivo com o projeto à Comissão do Trabalho - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.534/2005; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.504/2005; requerimento da Deputada Jô Moraes; aprovação do requerimento - Existência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003; votação do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; chamada de votação nominal; aprovação - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005; chamada de votação nominal; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio

Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 811/2003; 1.575 e 1.933/2004 e 2.313/2005, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento da Deputada Jô Moraes, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.504/2005 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da Uemg e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar, mas que há para apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005, do Deputado Sebastião Helvécio e outros, que dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 155 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 68/2005, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Presidência informa ao Plenário que a emenda apresentada pelo Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 452/2005, publicada em 14/10/2005, foi incorporada ao parecer da Comissão de Administração Pública e será arquivada nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.114/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.028/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. As Comissões de Política Agropecuária, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 5. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.028/2005 com as Emendas nºs 1 a 5. À Comissão de Administração Pública.

Declaração de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, em nome do Bloco PT-PCdoB, queria dizer que o Projeto de Lei nº 2.028, aprovado em 1º turno, foi construído pelos militantes, pelos setores organizados da área de segurança alimentar do nosso Estado, conduzidos pela Presidência do Consea, por meio do nosso querido D. Mauro Morelli. Trata-se de um projeto que busca instituir em Minas Gerais um sistema estadual de segurança alimentar, formalizando, por lei aprovada nesta Casa, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e as comissões regionais de segurança alimentar, hoje espalhadas por todas as regiões de Minas. Essas comissões desenvolvem projetos de apoio às comunidades, de organização de grupos de geração de renda da chamada economia solidária. Trata-se de um trabalho em rede que combate com efetividade a fome em nosso Estado e gera alternativas de renda vinculadas à política de segurança alimentar.

Essa é uma luta antiga em nosso país. Lembro aqui o saudoso Betinho, mineiro de Bocaiúva, um grande expoente dessa luta em defesa da vida, contra a fome e a miséria, e os comitês de cidadania. Depois foi instituído o Consea Nacional pelo então Presidente Itamar Franco. Infelizmente, no governo Fernando Henrique, o Consea Nacional foi extinto, mas agora o Presidente Lula instalou novamente o Consea, e já encaminhou também ao Congresso Nacional a Política Nacional de Segurança Alimentar.

Temos hoje um programa efetivo, o Fome Zero, mas também há preocupação por parte do Presidente em instituir uma política nacional para que os Estados e Municípios possam ter seus sistemas de segurança alimentar. A fome no Brasil não é mais uma questão de produção de alimentos, pois produzimos alimento suficiente para suprir as calorias necessárias ao povo brasileiro, mas sim uma questão de acessibilidade. Nessa questão, temos alternativas, seja da distribuição, da geração de renda, seja de programas como a merenda escolar, restaurantes populares, e de apoio à agricultura familiar. É muito importante que cada Estado tenha o seu sistema de segurança alimentar. Para essa proposta virar lei, tenho a certeza de que contamos com o apoio de todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Portanto, é uma lei que emerge da sociedade mineira.

Há anos tenho muita honra de integrar, em Minas Gerais, o movimento de segurança alimentar. Desde o início da tramitação desse projeto, temos mantido permanentes contatos com o Consea Estadual. O Deputado Padre João, Presidente da Comissão de Agropecuária, representou muito bem o nosso partido nas audiências públicas em que se discutiu esse projeto com a sociedade mineira e disse que a lei sem povo fica no papel.

Essa é uma lei construída a muitas mãos. D. Mauro solicitou-nos que realizássemos as audiências públicas. Realizamos aqui, neste Plenário, uma imensa audiência no início da tramitação desse importante projeto de lei. O compromisso do Presidente da Assembléia era de que o votaríamos para que o Governador pudesse sancioná-lo nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, ocasião da Conferência Estadual de Segurança Alimentar. Agradeço ao Presidente por isso. Acredito que todos os Deputados estão trabalhando nessa linha. Tenho a certeza de que, ao realizar a Conferência Estadual de Segurança Alimentar, a Assembléia terá cumprido sua parte, ou seja, votado, aperfeiçoado e discutido, nas regiões mineiras, esse projeto. Há milhares de pessoas envolvidas na segurança alimentar em Minas e no Brasil. O Presidente Lula cumpriu importante papel ao lançar o programa Fome Zero. Em Minas, estamos na Assembléia fazendo a nossa parte. Esperamos que, o mais breve possível, possamos aprová-lo em 2º turno e que, na conferência estadual, Minas Gerais possa dar sua contribuição na erradicação da fome. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.327/2005, da Deputada Lúcia Pacífico, que destina assentos preferenciais a idosos nos terminais rodoviários situados no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.327/2005

Destina assentos preferenciais a idosos e deficientes físicos, nos terminais rodoviários situados no âmbito do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Serão destinados preferencialmente aos idosos maiores de 60 anos e aos deficientes físicos, 10% (dez por cento) dos assentos dos terminais rodoviários do Estado.

Art. 2º - Os assentos referidos no artigo anterior serão identificados por meio de cor diferenciada e exibirão a seguinte frase, em caracteres visíveis: "assentos destinados preferencialmente a idosos e deficientes físicos".

Art. 3º - Fica o concessionário de terminal rodoviário ou Município que descumprir o disposto nesta lei sujeito às penalidades da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

Art. 4º - Esta lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2005.

Célio Moreira

Justificação: O projeto de lei em questão tem por finalidade destinar 10% dos assentos nos terminais rodoviários aos idosos. Porém, não prevê a destinação dos assentos também aos portadores de deficiência física, que sofrem com a falta de lugares reservados nos terminais rodoviários. Os portadores de deficiência física são pessoas que merecem um tratamento especial e constituem um percentual considerável em nosso Estado.

Faz-se necessário apresentar este substitutivo a fim de dar um tratamento digno também aos deficientes físicos nos terminais rodoviários. Com essas considerações e no intuito de contribuir para o bem-estar dos deficientes físicos, ofereço este substitutivo e espero contar com o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foi apresentado ao projeto um substitutivo do Deputado Célio Moreira, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o substitutivo com o projeto à Comissão do Trabalho para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.534/2005, do Deputado Marlos Fernandes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Simão Pereira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.504/2005, do Governador do Estado, que institui verba indenizatória aos ocupantes de cargo efetivo da carreira da Advocacia Pública do Estado, exclusivamente para Procuradores do Estado lotados na Advocacia Regional do Estado no

Distrito Federal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento da Deputada Jô Moraes, solicitando o adiamento da discussão do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da Uemg e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 263, inciso I, do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 1. Com a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada dos Deputados para votação nominal.

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Andrade) - (- Faz a chamada.).

- Respondem "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Miguel Martini - Dilzon Melo - Adalclever Lopes - Gustavo Valadares - Gil Pereira - Márcio Kangussu - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - George Hilton - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas.

- Respondem "não" a seguinte Deputada e os seguintes Deputados:

Weliton Prado - André Quintão - Jô Moraes.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 50 Deputados. Votaram "não" 3 Deputados. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005, do Deputado Sebastião Helvécio e outros, que dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 155 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 263, inciso I, do Regimento Interno. Em votação, a proposta. Com a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada dos Deputados para votação nominal.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.).

- Respondem "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Weliton Prado - Dilzon Melo - André Quintão - Adalclever Lopes - Gustavo Valadares - Gil Pereira - Márcio Kangussu - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Ermano Batista - George Hilton - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/11/2005

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Composição da Mesa - Registro de Presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Sr. Dídimo Miranda de Paiva - Palavras do Vereador Carlão Pereira - Entrega de placa - Palavras da Sra. Mônica Oliveira Veloso.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Mônica Oliveira Veloso, Diretora do Dieese; e os Exmos. Srs. Vereador Carlão Pereira, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Dídimo Miranda de Paiva, 1º-Coordenador Regional do Dieese-MG; e Deputado André Quintão, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença da Exma. Sra. Vereadora Neila Batista, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e do Exmo. Sr. Mário Parreiras de Faria, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos - Dieese - pelo transcurso de seus 50 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir ao vídeo institucional do Dieese.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Sr. Presidente

Boa tarde a todos. Cumprimento os componentes de Mesa, Mônica Oliveira Veloso, Diretora do Dieese; Vereador Carlão Pereira, representando o Vereador Silvinho Resende, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Deputado André Quintão, Líder do Bloco PT-PCdoB e autor do requerimento que deu origem à solenidade. Cumprimento ainda o Dídimo Miranda de Paiva, 1º-Coordenador Regional do Dieese em Minas.

Ao completar 50 anos, o Dieese mostra, nesse vídeo, um pouco daquilo que fez até hoje pelo nosso país. Como militante sindical, na minha origem política, também passei a conhecer esse órgão no final da década de 70, mais precisamente, no início da década de 80. São, portanto, 25 anos em que pude atestar o seu trabalho. É com muita satisfação e orgulho que presido esta reunião especial, muito bem lembrada pelo Deputado André Quintão.

Os 50 anos de atuação do Dieese representam uma história construída com as marcas da eficiência e da credibilidade. O mundo do trabalho, no Brasil, vem sendo balizado, nesse meio século, pela pesquisa séria e pela assessoria consistente às entidades sindicais, resultando em benefícios de que toda a sociedade vem desfrutando.

A organização dos trabalhadores brasileiros aperfeiçoou-se ao aplicar os dados, as informações e as análises necessárias, pertinentes e sempre confiáveis do Dieese. Todas as correntes do movimento social brasileiro são filiadas à entidade, numa permanente demonstração de democracia e pluralismo. Essa é uma importante lição que o movimento sindical brasileiro tem oferecido ao mundo. Melhores salários, maior número de empregos e condições favoráveis de trabalho, enquanto fruto saudável da negociação coletiva, devem-se, em boa parte, aos estudos e aos trabalhos técnicos realizados por esse órgão. Com as transformações econômicas e sociais processadas nos anos mais recentes, as questões pertinentes à realidade do trabalho ganharam nova dimensão e complexidade. A instalação da globalização no horizonte de cada país do mundo, provocando integração de mercados e também intensa competitividade, trouxe uma nova configuração às negociações coletivas e às reivindicações salariais.

À reestruturação em andamento, vem respondendo o Dieese com mais pesquisa, consultas e assessoria. Temas como renda, emprego, custo de vida, negociação e condições de produtividade têm sido objeto de atividades e programas de trabalho.

A inserção do Brasil no mundo contemporâneo, como ator importante no jogo econômico, com suas regras complexas e intrincadas, depende de uma visão humana e justa do trabalho. Que as conquistas de nossos trabalhadores, na perspectiva de um país melhor, com oportunidades imediatas, e na construção de um futuro promissor para as novas gerações, jamais se percam. Os ideais que nortearam e construíram a trajetória tão respeitada do Dieese haverão de continuar pela frente. Significam uma vida de mais dignidade, em que todos tenham trabalho e condições necessárias para o exercício de uma cidadania plena.

Parabenizamos, portanto, todos os que construíram e constroem o Dieese e, ao mesmo tempo, agradecemos-lhes pelos serviços que têm prestado aos trabalhadores do nosso país. Muito obrigado.

Palavras do Deputado André Quintão

Boa tarde a todos. Cumprimento o nosso companheiro Rogério, que preside esta reunião; a Mônica Oliveira, Diretora do Dieese; e o Vereador Carlão, nosso companheiro. Estamos hoje fazendo uma homenagem conjunta. A nossa bancada, na Câmara Municipal, é co-autora desse requerimento. Estamos com a marca de, em alguns eventos, somarmos esforços em Belo Horizonte, a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa.

Gostaria de cumprimentar o jornalista Dídimo Miranda de Paiva, 1º-Coordenador Regional do Dieese-MG, e todos os presentes, como a Deputada Jô Moraes e o Deputado Domingos Sávio.

É com imensa alegria e orgulho que recebemos nesta Casa os dirigentes do Dieese para a homenagem do Legislativo mineiro pelos 50 anos de fundação da entidade que ajudou a escrever as páginas mais importantes da história dos trabalhadores e do movimento sindical singular do nosso país.

Nessa história, Minas Gerais foi personagem decisivo em vários momentos, contribuindo para a resistência ao autoritarismo, a consciência e a formação da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e a conquista das liberdades democráticas. Uma sociedade que não tem consciência do seu passado não logra construir o seu futuro. Então, poderá repetir erros, desdenhar conquistas e formar gerações sem raízes, comprometendo o percurso transformador que almeja. Ao contrário, refletir sobre a história, aliás, visitando o passado recente com testemunhos vivos, possibilita a crítica necessária aos avanços. Cada testemunho é o relato da experiência de muitos. "Registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar", ensina-nos Antônio Cândido, prefaciando o historiador Sérgio Buarque de Holanda no clássico "Raízes do Brasil".

Hoje estamos reunidos aqui para registrar a história do Dieese, cujo relato é, em boa medida, a história também do sindicalismo brasileiro. Fazemos isso com a presença de muitos que dela participaram nessa trajetória.

Criado em 22/12/55, o Dieese nasce em momento efervescente de crescimento industrial, de organização e de politização do trabalhador. Greves por direitos políticos e por ajustes salariais explodiam no País. A criação de uma entidade técnica era iniciativa inovadora que visava a preencher uma lacuna identificada nas negociações entre patrões e empregados. Para proteger os salários da carestia, que hoje chamamos de inflação, os sindicalistas acirravam as negociações com os patrões, muitas vezes, perdendo na disputa dos valores de reajuste. O objetivo era imediato: produzir um índice confiável do aumento dos preços. Assim, os primeiros anos foram de construção e de implantação do, ainda hoje, respeitadíssimo ICV, que logo se tornou peça imprescindível nas campanhas salariais.

Em 1955, técnicos e 21 sindicatos de São Paulo se reuniram em torno da empreitada. Os dois primeiros desafios eram convencer os próprios sindicalistas da importância de tal "economicismo" em um cenário de efervescência política, para, então, atingir o respeito dos empresários. Era preciso reforçar a feição técnica da entidade que nascia.

O Dieese consolidou essa feição sem deixar de permanecer, durante 50 anos, de modo inequívoco, ao lado do conjunto dos trabalhadores, na defesa de seus interesses. Hoje são referências nacionais nada menos que 191 pesquisas e índices do Dieese, localizados ou globais, entre análises mensais e anuais do próprio ICV, da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - e da Pesquisa da Cesta Básica Nacional, o famoso salário mínimo do Dieese.

Tudo isso sem falar dos cursos de formação sindical e dos inúmeros projetos dos quais participa, ao lado de diversas instituições, sempre contribuindo para precisar e aperfeiçoar as questões do trabalho e da renda brasileira. Estamos falando de uma entidade sem similar na forma e objetivos de trabalho, com mais de 400 sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais filiadas.

Cumprimento, com admiração e carinho, nossos homenageados, que participaram dessa construção. Ainda que ausente hoje, em função da pauta do Congresso Nacional, nosso companheiro, Deputado Federal e economista Virgílio Guimarães, que, na reconhecida trajetória política nacional, atuou no sindicalismo e no Dieese, ainda na fundação do escritório mineiro. Virgílio presidiu o Sindicato dos Economistas de Minas Gerais, foi Diretor da Federação Nacional dos Economistas, Assessor Técnico do Dieese e, também, Diretor Regional.

Homenageamos aqui uma das maiores expressões do jornalismo e do sindicalismo mineiro, o jornalista Dídimo Paiva, que presidiu, nos duros anos da década de 70, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, pioneiro na filiação ao escritório regional do Dieese. Mais que uma entidade da categoria, o Sindicato dos Jornalistas em Minas é uma de suas expressões da luta em defesa da liberdade de imprensa, dos direitos humanos, da democracia e da ética na política. A Casa do Jornalista, reconhecida pela sociedade por acolher esses e outros movimentos sociais e políticos, assim o fez naqueles anos duros, com a ousadia do combativo Dídimo Paiva.

O vigoroso processo de organização e formação da classe trabalhadora brasileira, entre os anos 50 e o início da década de 60, foi abruptamente interrompido com o golpe de 1964, cuja história conhecemos bem. Nos sindicatos, violenta repressão foi desencadeada com a prisão de lideranças operárias e a extinção sumária de organizações, a proibição do direito de greve, a fixação dos índices de aumentos salariais em substituição às negociações entre patrões e empregados e o fim da estabilidade do emprego.

O Dieese, e o vídeo registra isso muito bem, sobreviveu. Manteve o ICV no auge da truculência militar. Walter Barelli, Diretor Técnico, por muitos anos, do Dieese, conta que a entidade chegou a ser mantida apenas na casa de um funcionário, mas seus índices adquiriram tamanha importância que, em novembro de 1964, o mês das campanhas salariais, o movimento sindical disse, de maneira bem clara: "Não dá para fazer campanha se não tiver o Dieese". Foi então retomado o índice.

O Dieese permanece como peça-chave na resistência aos momentos de maior arrocho salarial. Com visão estratégica, amplia os instrumentos para assessorar os sindicatos e se multiplica em escritórios regionais nos Estados. Entre os primeiros a serem criados, estava o escritório de Minas Gerais.

Só em 1978, o País viveria efetivamente a retomada do movimento sindical. A sociedade exige a abertura política, e o Dieese novamente é protagonista desse momento histórico.

É nesse cenário que conhecemos muitas lideranças sindicais daquela década. Aqui mesmo, para não falar de todos, cito o companheiro João Paulo, da cidade de João Monlevade, que tem uma atuação destacada em Minas Gerais.

Nesse momento histórico, conhecemos, também, a liderança do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, hoje nosso Presidente da República. E já estamos falando da expressão política desse processo social emergente, que seria a criação, num primeiro momento, de uma proposta partidária e também de uma Central Única dos Trabalhadores - CUT -, marco do sindicalismo brasileiro. É o sindicalismo retomando o seu papel na história brasileira.

Difícil falar aqui, com a brevidade necessária, de um tempo tão fecundo como o final dos anos 70 e a década de 80 na luta e na resistência operária e popular, na organização da chamada sociedade civil, no renascimento de um Brasil que clamava por democracia política e social. O sindicalismo respondia aos novos desafios impostos pela expansão capitalista dos anos 70. O Dieese era propositivo e renovador; criava subseções no coração dos principais centros produtivos, fomentando debates e campanhas reivindicatórias e outros parâmetros que se confirmariam cruciais para acordos coletivos e a nova ordem econômica que já se anunciava na Europa.

O resultado político imediato de tanta efervescência é o memorável e decisivo movimento das Diretas Já, que marcaria o País, e ainda um Brasil cheio de esperanças e projetos, que, posteriormente, promulgou a Constituição Cidadã, em 1988, resultado de embates abertos entre setores conservadores e progressistas, com inegáveis avanços institucionais para os direitos sociais e a participação popular. O País construiu assim, com luta e persistência, as suas instituições democráticas, que iriam enfrentar com maturidade outros tantos percalços na década de 90, e, agora, com as forças de esquerda, com a responsabilidade dobrada de governar o nosso país, enfrentando novos desafios.

Hoje, o sindicalismo mundial possui várias encruzilhadas. A revolução tecnológica de proporções inimagináveis, as privatizações, o crescimento vertiginoso do desemprego e a precarização das relações de trabalho são componentes de um novo cenário não apenas do ponto de vista das relações trabalhistas, mas também do cultural. Entretanto, longe de perder a esperança, o Brasil tem dado mostras exemplares de sua capacidade de renovação e superação das adversidades e, sobretudo, de funcionamento e fortalecimento dessa democracia construída por todos nós, ao longo da nossa história.

É imenso o potencial do sindicalismo brasileiro para se renovar. Muito além de movimentos salariais, nossos sindicatos se firmaram, ao longo de sua história, como interlocutores dos mais diversos setores da sociedade. À frente de seu tempo, o Dieese construiu estrutura, penetração, credibilidade e instrumentais técnicos capazes de radiografar a sociedade brasileira. É expressão científica e política em diversos fóruns econômicos e sociais.

Concluindo, as frentes de intervenção transformadoras são hoje amplas; abarcam questões ambientais, culturais, sociais, tecnológicas, étnicas, de gênero, de direitos, além das relações de trabalho múltiplas. Todas elas infiltradas nos dilemas imediatos e cotidianos das cidades e do

campo, sem deixarem de pertencer ao desafio da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para as gerações futuras.

Sabemos que o caminho é a democracia, o seu aperfeiçoamento contínuo para efetivar direitos. Temos, em Marilene Chauí, que a democracia é a sociedade "verdadeiramente histórica, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo". A sociedade democrática não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, de alterar-se pela própria práxis, ensina a filósofa. Estamos certos do papel inestimável dos sindicatos aí: devem combinar a reaproximação com as bases em torno dessas múltiplas questões para as reivindicações cotidianas e o estímulo à participação nas instâncias decisivas da política brasileira, seja da democracia representativa, seja da democracia direta. Eles estão preparados para isso, de acordo com a certeza e a confiança que nos dá a história. Parabéns ao Dieese, aos dirigentes sindicais, aos trabalhadores brasileiros.

Foi uma grande honra para nós, autores deste requerimento, Deputados e Deputadas do Bloco PT-PCdoB, e também para o Vereador Carlão, da Câmara Municipal, ter organizado, com a comissão organizadora - e cumprimento todos na pessoa da Fátima -, esse dia de hoje, que teve pela manhã um seminário, no teatro da Assembléia Legislativa, e agora tem essa homenagem mais do que justa a uma entidade que, como vimos no vídeo e por meio do testemunho de cada um, em sua história e em sua vida cotidiana, teve um papel fundamental como parceira da democracia e do fortalecimento do sindicalismo e da organização dos trabalhadores em nosso país.

Portanto, parabenizamos todos que estão construindo essa história e desejamos vida longa ao Dieese. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Dídimo Miranda de Paiva

Sr. Presidente e demais membros da Mesa, serei bem rápido e sintético. Primeiramente, quero lembrar que os próprios trabalhadores resolveram tomar, por sua conta, o dever e a obrigação de se organizar para enfrentar um patronato que, como todos sabem, no Brasil, sempre agiu, continuará agindo e agirá como escravocrata.

Em segundo lugar, ressalto que, se aqueles 20 dirigentes, como ouvimos nas palavras do Luiz Tenório de Lima, não tivessem tomado as medidas, nem a academia, nem a chamada democracia liberal, nem o Senado da República, nem as Casas Legislativas tê-las-iam tomado. Por aí se verifica que nossa luta continuará.

Em Minas Gerais, quando o assunto é a criação do Dieese, não nos podemos esquecer de alguns nomes fundamentais para sua estruturação: o Arlindo José Ramos, dos bancários - infelizmente, já falecido -, o João Paulo Pires de Vasconcelos e a companheira Laia Sales, da Delegacia Regional do Trabalho. Foram eles os grandes impulsionadores do movimento, com o apoio, é claro, dos demais sindicatos.

Sobretudo, é preciso ressaltar que, naquela época, dois economistas trabalhavam de graça: Virgílio Guimarães e Myriam Mousinho, hoje tão bem representados pela Fátima, pela Regina e demais funcionários, pois praticamente não tínhamos contribuintes e o que recebíamos não era suficiente para pagar as contas da casa.

Este é um lado do Dieese que não se pode esquecer. E fazer 50 anos não é brincadeira. Todos sabem que a história hoje esquece o passado na velocidade de um relâmpago. Talvez esse seja o principal princípio do "turbocapitalismo", implantado pelo consenso de Washington, transfigurado na famosa cartilha neoliberal e hoje representado no mundo pelo unilateralismo norte-americano.

O Brasil continua tão escravo como era naqueles anos da ditadura, com a diferença de não haver mais censura oficial, uma vez que todos os jornais estão sob o comando do mercado. Não adianta reclamar de jornalistas e de editores, pois já está tudo escrito. Por exemplo: tem sentido o Senador Jarbas Passarinho escrever, em todas as terças-feiras, nos 10 maiores jornais do País? Que pluralismo é esse? Que liberdade de imprensa é essa? Liberdade de imprensa é aquela que consta na Carta da Federação Nacional dos Jornalistas. Há liberdade de empresa, mas não há de imprensa. Este é o País em que vivemos mentirosamente. Se vierem ao Brasil - recentemente, a Condoleezza Rice, o Secretário do Tesouro, John Snow, e o próprio Presidente Bush -, será porque estão de pleno acordo com o que acontece no Brasil de hoje. Essa não é a doutrina do trabalho e a posição do Dieese e dos verdadeiros jornalistas.

Aproveito a oportunidade para saudar o nosso Presidente, Aloísio Lopes, porque sei que a sua luta é muito mais difícil do que a minha, pois, para cada vaga de trabalho, há pelo menos 100 ou 1.000 candidatos que trabalhariam pela metade do preço. Parabéns. Continue na sua luta. Parabéns a todos os parlamentares presentes que nunca cederam diante do arreganho da força. Salve os 50 anos do Dieese!

Palavras do Vereador Carlão Pereira

Deputado Rogério Correia, companheiro e amigo que preside esta solenidade, representando o Presidente, Deputado Mauri Torres; companheira Mônica Veloso, Diretora do Dieese, representando a sua direção nacional; ainda e sempre bravo Dídimo Paiva, primeiro Coordenador do Dieese em Minas; amigo e companheiro Deputado André Quintão, que apresentou o requerimento para esta homenagem; minha companheira de bancada, Vereadora Neila, Deputadas e Deputados, dirigentes sindicais e do Dieese presentes.

Farei três referências.

Primeiro: a homenagem a uma instituição em um país que as dilui é sempre bem-vinda. Quando falo em instituição, não me refiro àquelas milenares, que o tempo por si só já se encarrega de valorizar, nem tampouco àquelas que, por outras relações de dependência, como acontece com as grandes empresas, na lógica dos salamaleques, as pessoas se encarregam de homenagear. Estamos prestando uma homenagem à história. Ao fazermos isso, prestamos uma espécie de auto-homenagem, pois somos parte dessa história. Não podemos perder essa referência de vista em um país onde as instituições não costumam ser representadas e valorizadas e ser referência de absolutamente nada. Este país ainda entende a sua história a partir, única e exclusivamente, dos personagens. Mas os personagens fazem as instituições. E o Dieese é uma dessas que sintetizam essa história.

A segunda observação diz respeito a ter lado. Está longe de mim pretender resgatar conceitos, debates e polêmicas a respeito de luta de classes, mas há de se ter lado. E o Dieese é uma demonstração definitiva de que é possível ter lado, sem que isso seja uma "priori" ideológica.

O Delfim Netto foi citado no vídeo. Antontem ele publicou um artigo que dizia que o problema da economia brasileira, ao final, se reduzia a uma questão aritmética, que realimenta a lógica da ciência neutra, que, por sua vez, é sempre o discurso clássico da elite. A técnica é neutra. A elite detém a técnica, a ciência e a tecnologia, que são neutras. Se servem às mesmas elites, são uma consequência da sua neutralidade.

É importante destacarmos que se pode ter lado, sem que tenhamos de ser do PT, do PCdoB e do PDT. Esse lado é o da classe trabalhadora.

E esse ter lado incorpora uma terceira característica que o movimento sindical brasileiro perdeu um pouco. É como se disséssemos: o Dieese

cuida da técnica, o Dieese estuda, o Dieese queima neurônios, e nós vamos fazer o discurso.

A complexidade do mundo de hoje, bem lembrada pelo André, exige cada vez mais que instrumentos como o Dieese sejam utilizados pelos trabalhadores, mas isso não significa apenas consultá-lo na época da campanha salarial. É necessário estudar mais, compreender mais e decodificar mais o processo em que vivemos, se, de fato, desejamos transformá-lo. Uma das causas da crise do movimento sindical é a dificuldade de compreensão. Temos, permanentemente, que resgatar a transformação, conforme disse o sempre rebelde Dídimo.

Essa coisa de tudo ser neutro, meio parecido, que os conflitos podem ser diluídos e que, no final, estamos sempre preocupados com o bem comum é uma ficção, está errado. Se há contradições - elas existem -, se há uma imprensa que nega um direito básico à sociedade - o direito à informação -, como tudo é meio parecido? A imprensa pode ter lado, nada contra. Os grandes grupos podem ter lado. Isso faz parte do jogo. Não podemos é aceitar a diluição dos lados, que aparece como a forma da neutralidade da informação jornalística, o que impede a sociedade de conhecer e discutir seus problemas. Nesse ponto, prefiro os americanos, que dizem, no editorial, de que lado estão.

O Dieese celebra mais do que meio século, celebra a vocação de um setor. Não sou dado a generalizações. Primeiro, é preciso compreender o mundo para poder transformá-lo. Segundo, é possível fazer isso sem os cortes e clivagens de nossas opções partidárias e ideológicas. Terceiro, é possível fazer isso com seriedade e dedicação. Nossa história resgatada mostra que, nos momentos difíceis, essa sociedade soube resistir.

Convido a Mônica para receber, formalmente, o diploma da Câmara de Belo Horizonte. Por respeito à história, lembro que esse é um diploma de honra ao mérito que tem dupla iniciativa. O ex-Vereador Gonçalo Abreu deveria estar aqui hoje. Há alguns anos, ele apresentou requerimento à Câmara, concedendo ao Dieese um título de honra ao mérito. Quando fomos fazer esse diploma, disseram que não poderíamos fazê-lo porque ele já havia sido homenageado. Ora, foi, mas não pegou a homenagem. Trata-se, então, de uma dupla homenagem, agora reiterada pela nossa bancada. Reafirmo que o ex-Vereador desejava estar aqui.

- Procede-se a entrega de diploma.

Para concluir, reitero as duas citações do Dídimo, do Arlindo, que nos deixou, e do João Paulo. Nós homenageamos as instituições, mas elas se constroem a partir de seres humanos que as assumem como suas. Parabéns ao Dieese; parabéns a todos nós; muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - O Deputado Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa, fará a entrega à Sra. Mônica Oliveira Veloso de placa alusiva a esta homenagem. Convidamo-los a se dirigirem ao local indicado pelo cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: (- Lê:) "O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese - foi criado há 50 anos pelo movimento sindical brasileiro. Fazem parte de suas atividades a prestação de assessoria técnica, a análise e o apoio à negociação de diversos temas e a elaboração de pesquisas e levantamentos sistemáticos sobre índices de custo de vida, emprego e desemprego. A homenagem da Assembléia Legislativa de Minas ao Dieese pela dedicação e seriedade com que vem contribuindo para o desenvolvimento e o futuro do País."

O Sr. Presidente - Gostaria de convidar o Deputado André Quintão para acompanhar-me na entrega das placas.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Mônica Oliveira Veloso

Cumprimento o 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Rogério Correia; o Vereador Carlão; o querido Dídimo Miranda de Paiva; o Deputado André Quintão; e todos os convidados, companheiros, dirigentes sindicais, funcionários, técnicos e assessores do Dieese.

O Dieese está comemorando 50 anos de trabalho, construção, reconstrução e fortalecimento do movimento sindical brasileiro. Nesse cinquentenário, a direção nacional, com o norteamento da nossa direção técnica, promoveu seminários com o tema: "Desenvolvimento com Distribuição de Renda". Esse tema não foi colocado pelo Dieese para o movimento sindical e para a sociedade brasileira à toa. Esse tema faz com que o movimento sindical brasileiro, a sociedade e os governantes pensem em um Brasil com uma política de Estado, e não mais de governo, para que cresçamos e desenvolvamos com distribuição de renda. O Dieese e o movimento sindical não acreditam em outra forma de desenvolvimento. Por isso entendemos que o Dieese nos trouxe uma bandeira importantíssima de reflexão, a partir deste cinquentenário, para discussão com a sociedade e o movimento sindical brasileiro.

Em toda nova demanda, em todo novo desafio que o movimento sindical esteve à frente, em todos esses anos, o Dieese procurou cumprir o seu papel com imparcialidade, credibilidade e fortalecimento, concretizando as suas pesquisas, para municiar o movimento sindical brasileiro de forma qualificada e competente, combatendo e discutindo em condições de igualdade, tanto do ponto de vista da negociação privada como do da negociação pública.

Neste momento - e falamos isso pela manhã -, o Dieese apresenta à sociedade o seu serviço, pesquisas importantíssimas, como o ICV; a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED -; o banco de dados para negociação coletiva, hoje transformado na RAN, o mais novo instrumento do movimento sindical brasileiro; o Programa de Capacitação de Dirigentes Sindicais e Assessores - PCDA -, que capacitou mais de 1.500 assessores e dirigentes, um curso da maior qualidade.

Também trabalhamos com espaços de discussão dos temas do Dieese, por meio não apenas de sua equipe técnica, mas de encontros promovidos pela direção nacional, a cada semestre. Assim se constrói a nossa rotina, o cotidiano estabelecido pelos escritórios regionais, que vocês puderam conhecer por meio do vídeo feito e apresentado pelos companheiros da CUT. A minha missão aqui é fortalecer esse cotidiano. Queremos repactuar com o movimento sindical e a sociedade brasileira a sustentabilidade, a credibilidade, a força do Dieese, especialmente para o movimento sindical e, obviamente, pelo que representa para a sociedade brasileira.

Para comemorarmos o centenário do Dieese, daqui a 50 anos, é preciso pensar na instituição agora. Acharmos que o seu cinquentenário é o momento oportuno para olharmos para essa entidade, pensando no serviço que presta; na credibilidade que alcançou; no que representa para as pessoas, seja em termos profissionais ou pessoais; e em todas as suas pesquisas, transferências de conhecimento.

Analisando o passado recente do Dieese, que já teve mais de 1.000 associados - hoje conta com pouco mais de 430 -, concluímos que, para sustentar toda a demanda, para se fortalecer e para consagrar, cada vez mais, a credibilidade demonstrada pelos companheiros que hoje participaram desse seminário e por esta Casa, que a homenageia, a entidade tem de receber novo fôlego. Não é possível que o Dieese, com 430 sindicatos filiados, continue a atender a uma demanda como a que está sendo apresentada ao povo brasileiro, especialmente aos trabalhadores.

Mais que comemorar, procuramos em cada espaço que nos é dado a oportunidade de fazer essa reflexão. Uma Casa como esta constitui espaço importante para isso. Gostaríamos de informar a esta Assembléia e à Câmara Municipal as possibilidades de parceria com o Dieese, hoje em condições de realizar trabalhos junto à sociedade mineira.

Registramos aqui a nossa intenção de estreitar as relações, possibilitar futuras parcerias com esta Casa. Deixo ainda um abraço especial aos responsáveis por esta homenagem, que se destina, na verdade, à equipe, às pessoas que têm composto a entidade durante esses anos.

Quero prestar, carinhosamente, uma homenagem ao Dídimo, que é, neste espaço, o funcionário mais antigo do Dieese. Em São Paulo, tivemos a oportunidade de fazer o mesmo com o grandioso Tenorinho, que, para nós, é outra história viva e demonstra o que foi e o que tem sido o Dieese. Chegamos um pouco depois; eu, por exemplo, cheguei mais tarde ainda. Precisamos olhar para essa história, reconhecê-la e divulgá-la. Acima de tudo, temos de fazer com que outras pessoas possam conhecê-la, o que só será possível se contarmos com o apoio, a dedicação e o empenho dos funcionários, técnicos, assessores, dirigentes, enfim, de todos os que compõem o Dieese. Em Minas Gerais, fomos bem acolhidos, especialmente por esta Casa, que ora nos presta esta homenagem. Obrigada.

O Sr. Presidente - Em nome da Assembléia Legislativa, reitero a homenagem feita ao Dieese, em virtude de seus 50 anos, por sugestão e requerimento do Deputado André Quintão. Agradeço à Câmara Municipal de Belo Horizonte e parabeno-a pela homenagem que, com a Assembléia Legislativa, acaba de prestar ao Dieese.

Sra. Mônica, sentimos muito orgulho do Dieese em virtude do trabalho que vem realizando. Aceito o desafio de estreitarmos as relações vislumbrando a parceria entre esta Casa Legislativa e o Dieese, o que poderá ser feito especialmente por meio da Escola do Legislativo. Por deliberação do Presidente desta Casa, estou responsável, neste biênio, pela realização de parcerias e convênios com outras entidades.

Assumimos mais essa tarefa. Esperamos receber rapidamente uma visita do Dieese. Por meio da Escola do Legislativo e com a ajuda dos técnicos, poderemos estreitar essa parceria, fazer convênios. Dessa forma, contribuiremos com a formação de sindicalistas, bem como com as pessoas que estudam a importância do Legislativo no movimento democrático, sindical e popular. Mais uma vez, reitero a homenagem que fizemos ao Dieese. A Presidência agradece a presença das autoridades e dos convidados.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 16/11/2005

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Ana Maria Resende e o Deputado Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Ronaldo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a Deliberação Normativa Copam nº 72, de 8/9/2004, que estabelece normas provisórias referentes à alteração do uso do solo da mata seca e comunica o recebimento de correspondência do Sr. José Euclides da Silva Gonçalves, publicada no "Diário do Legislativo" de 11/11/2005. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Rodrigo Cançado Anaya Rojas, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente - CAO-MA -; Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do IEF; Carlos Alberto Santos de Oliveira, Assessor de Meio Ambiente da Faemg; Cristina Kistemann Chiodi e Francisco Mourão, respectivamente, Assessora Jurídica e Conselheiro da Amda, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.677/2005 (relator: Deputado Márcio Kangussu), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, em que solicita seja enviado ofício à Advocacia-Geral do Estado pedindo manifestação do órgão em relação à aplicabilidade do Decreto nº 750, de 1993, que trata da preservação da mata atlântica e da mata seca; João Leite e Sávio Souza Cruz, em que solicitam seja enviada manifestação de pesar à família do ambientalista Francisco Anselmo Barros, de Campo Grande (MS); Roberto Carvalho, em que solicita seja realizado debate público para discutir o planejamento e a execução de ações integradas na Região Metropolitana de Belo Horizonte nas áreas de meio ambiente, saneamento, recursos hídricos e resíduos sólidos; Sávio Souza Cruz, João Leite e Doutor Ronaldo, em que solicitam sejam enviado ofício ao Ministério Público solicitando providências urgentes em relação à recente concessão de licença prévia, pelo Comam, a empreendimento imobiliário na área do Cercadinho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2005.

João Leite, Presidente - Padre João - José Henrique - Elisa Costa.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 90ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 22/11/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.264/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro - de que trata a Lei nº 13.194, de 29/1/99, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 8, que apresenta. Foram apresentadas ao projeto a Emenda nº 9 e as Subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 4, 5 e 8.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 68/2005, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.459/2005, do Governador do Estado, que altera o parágrafo único do art. 1º e revoga o art. 2º da Lei nº 13.696, de 1º/9/2000, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Peçanha. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.040/2003, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a inscrição de observação de interesse médico nos documentos de identificação. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, que dispõe sobre a orientação de segurança aos passageiros de transporte coletivo intermunicipal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.498/2005, do Deputado Paulo Piau, que altera a alínea "b" do inciso II do art. 3º da Lei nº 14.941, de 29/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.504/2005, do Governador do Estado, que institui verba indenizatória aos ocupantes de cargo efetivo da carreira da Advocacia Pública do Estado, exclusivamente para Procuradores do Estado lotados na Advocacia Regional do Estado no Distrito Federal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 22/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 5.632/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da Comissão Especial do Cooperativismo Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a situação das cooperativas que atuam no ramo de crédito no Estado, com diversos convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a

realizar-se às 14h30min do dia 22/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.204/2005, da Deputada Maria Tereza Lara; 2.399/2005, do Deputado João Leite; 2.737, 2.738, 2.753, 2.750, 2.751, 2.753, 2.754 e 2.756/2005, do Governador do Estado; 2.764/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 2.765/2005, do Deputado Antônio Júlio; 2.769/2005, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.770/2005, do Deputado Domingos Sávio.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.747/2005, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.950/2004, do Deputado Adalclever Lopes; 2.147/2005, do Deputado Dilzon Melo; 2.465/2005, do Deputado Jayro Lessa; 2.507/2005, do Deputado José Milton; 2.517/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.656/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.760/2005, do Deputado Dimas Fabiano; 2.761/2005, do Deputado Durval Ângelo; 2.763/2005, do Deputado Roberto Carvalho; 2.768/2005, do Deputado Célio Moreira; 2.771/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.773 e 2.774/2005, do Deputado Mauri Torres;

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.589, 5.590 E 5.591/2005, do Deputado Jayro Lessa; 5.597/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 5.600/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 5.645/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 23/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.127/2005, da Deputada Jô Moraes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 22/11/2005, destinada ao prosseguimento do seminário legislativo "Lixo e Cidadania: Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável".

Palácio da Inconfidência, 21 de novembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 22/11/2005, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 68/2005, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 1.040/2003, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a inscrição de observação de interesse médico nos documentos de identificação; 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, que dispõe sobre a orientação de segurança aos passageiros de transporte coletivo intermunicipal; 2.264/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro - de que trata a Lei nº 13.194, de 29/1/99, e dá outras providências; 2.459/2005, do Governador do Estado, que altera o parágrafo único do art. 1º e revoga o art. 2º da Lei nº 13.696, de 1º/9/2000, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Peçanha; 2.498/2005, do Deputado Paulo Piau, que altera a alínea "b" do inciso II do art. 3º da Lei nº 14.941, de 29/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD; e 2.504/2005, do Governador do Estado, que institui verba indenizatória aos ocupantes de cargo efetivo da carreira da Advocacia Pública do Estado, exclusivamente para Procuradores do Estado lotados na Advocacia Regional do Estado no Distrito Federal; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de novembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.664

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Lúcia Pacífico e os Deputados Célio Moreira, Durval Ângelo, Gilberto Abramo e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/11/2005, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger Presidente e Vice-Presidente e de designar relator.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2005.

Lúcia Pacífico, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Biel Rocha, Leonídio Bouças e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2005, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a atual situação das Instituições Federais de Ensino Superior, especialmente em relação às consequências do período de paralisação e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2005 .

Doutor Viana, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.127/2005

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria da Deputada Jô Moraes, o Projeto de Lei nº 2.127/2005 visa declarar de utilidade pública a entidade denominada Musa (Mulher e Saúde) - Centro de Referência de Educação e Saúde da Mulher, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, em funcionamento desde 1992, tem por finalidade a promoção da educação em saúde física e mental da mulher.

Para atingir seus objetivos, realiza estudos e pesquisas, buscando orientá-las, por meio de profissionais capacitados, sobre a saúde sexual (DST-aids) e a saúde reprodutiva (contracepção, gravidez, parto), com o intuito de reduzir os índices de morbi-mortalidade entre mulheres por causas evitáveis.

Visando ampliar e subsidiar suas atividades, celebra convênios com órgãos públicos e entidades privadas.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.127/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2005.

Paulo Cesar, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.659/2005

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

O Governador do Estado fez remeter a esta Casa o projeto de lei em tela, que tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Novo Tempo - Educação Especial à Escola Estadual de Itajubá - Pré-Escolar, Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) Educação Especial, situada no Município de Itajubá.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora vem a este órgão colegiado a fim de ser apreciada conclusivamente, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta do colegiado do referido estabelecimento para denominá-lo de Escola Estadual Novo Tempo - Educação Especial foi aprovada de forma unânime pelos seus membros em reunião havida no dia 28/2/2005.

O nome Novo Tempo traduz os valores culturais e históricos que ele deseja passar para os seus alunos; enquanto o termo "Educação Especial" expressa a orientação de trabalho que consagra seu compromisso com o portador de necessidades especiais.

Já a comunidade afeta à escola considera que o propósito desta estabelece parâmetros para uma formação humana adequada aos desafios da sociedade atual.

É meritória a proposta do Governador, que reconhece o trabalho da escola, consagrando a vontade do seu colegiado e da comunidade.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.659/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2005.

Biel Rocha, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/11/2005

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, isitantes, imprensa, vou reportar-me a um assunto há muito debatido, discutido. Na última semana, o jornal "Hoje em Dia" manifestou-se, com muita propriedade, a respeito desse assunto. Ademais, o conceituado jornal "Estado de Minas", por meio da jornalista Isabela, também publica uma matéria importantíssima, em que retrata verdadeiramente a cruel e triste realidade de distribuição de recursos em Minas e no País. A constatação é única e forte. Atualmente a distribuição de recursos é malévola, prejudicial, pernicioso em relação ao sistema federativo em que vivemos. Os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres.

É sabido, Sr. Presidente, que os Municípios brasileiros e mineiros, em sua maior parte, vivem basicamente de dois recursos. Um deles é o FPM. Nos últimos tempos, deparamos com uma romaria de Prefeitos. Eles vão a Brasília participar de reuniões com o Ministro da Casa Civil, com o Ministro Palocci e tentar sensibilizar o Congresso para a necessidade premente de se fazer o tão sonhado reajuste de 1% para os Municípios brasileiros. Até hoje, nada, nenhuma sensibilidade, nenhum atendimento. Observa-se, sim, que há muito dinheiro para pagamento de juros. No entanto, poucos recursos são destinados para atender as aflições e as necessidades dos Municípios brasileiros.

O conhecido ICMS, vigoroso, pujante e forte, contribui sobremaneira para o bem-estar e para o dia-a-dia dos Municípios mineiros e brasileiros. Trata-se de um imposto bastante expressivo, que hoje, só para o Estado de Minas Gerais, deve representar mais de R\$1.200.000.000,00. Sr. Presidente, 75% desse recurso são distribuídos para os Estados. Dos 25% restantes, voltando-se para os 100%, 75% são rateados para os

Municípios mineiros de acordo com o Valor Adicionado Fiscal, ou seja, esses 75% prestigiam e beneficiam aqueles Municípios produtores, ricos, que geram empregos e que têm indústrias. Os outros 25% são distribuídos para a totalidade dos Municípios.

Desses 25%, por iniciativa do então Governador Eduardo Azeredo, que, com muita sensibilidade e capacidade, juntamente com a Assembléia Legislativa, aprovou a Lei Robin Hood, um pouco mais de 21% são distribuídos de acordo com os critérios sociais. Assim, restam, ilustre Deputado Sebastião Helvécio, 4,6%, o que hoje significa aproximadamente R\$150.000.000,00. Esse valor continua sendo direcionado indevidamente para os Municípios ricos.

Daí a minha luta, daí a apresentação do projeto de lei deste Deputado no ano de 2003, amplamente debatido, discutido, tendo percorrido todas as comissões desta Casa, mas, lamentavelmente, adormecido, empoeirado, paralisado, como se uma múmia fosse. Preste bem atenção, Sr. Presidente. Esse projeto de lei do ICMS solidário visa a distribuir R\$150.000.000,00, por ano, para 758 cidades mineiras, beneficiando assim aproximadamente 15 milhões de mineiros.

Não consegui ainda compreender e aceitar o porquê da paralisia desse projeto nesta Casa. Hoje se prestigiam 95 cidades, em detrimento de 758 cidades mineiras. O Governador Aécio Neves dá seu exemplo, criando Secretarias que objetivam auxiliar os mais pobres; levando asfalto aos Municípios mais carentes; proporcionando melhores condições de saúde e políticas públicas importantes e essenciais que visam a ajudar os Municípios de menor renda "per capita". No entanto, fica a indagação: a Assembléia Legislativa não tornará realidade as aspirações dos Municípios mais pobres?

A Assembléia Legislativa ficará inerte, imobilizada, paralisada diante do clamor de milhões e milhões de mineiros? É um ato inaceitável, irresponsável, falta de solidariedade, de humanismo e de visão. Aqui nos encontramos para ajudar, para construir, para promover e implementar instrumentos vigorosos e fortes, que possam ajudar, isso sim, os Municípios mais pobres.

Cito alguns exemplos. Belo Horizonte é uma cidade de poucos recursos, muito bem administrada pelo nosso Prefeito Fernando Pimentel. Mas ela precisa de recursos, por causa de suas tantas vilas e favelas. Nossa Capital tem muitos problemas sociais, mas deixa de receber quase R\$6.000.000,00 por ano, o que pode ser evitado com a aprovação do nosso projeto.

São João del-Rei, terra no nosso Governador, está também sendo prejudicada, porque deixa de receber quase R\$500.000,00 por ano. Montes Claros, quantos Deputados têm gritado na Casa, em alto e bom som, pelo Município e pela região? Ela também está sendo penalizada, porque deixa de receber quase R\$2.000.000,00 por ano. Ibitiré, minha terra natal, de quase 180 mil habitantes, está também em prejuízo, pois deixa de captar quase R\$1.200.000,00. Ribeirão das Neves, a 5ª cidade mais pobre do Brasil, deixa de receber quase R\$3.000.000,00 por ano.

Sr. Presidente, outro dia vimos na Rede Globo uma notícia em uma reportagem que muito nos entristeceu: 60 Municípios do Norte de Minas estão sem água, com senhoras com baldes vazios e crianças em dificuldade. A Assembléia Legislativa poderia dar uma resposta rápida e eficiente a essas situações. Se não, vejamos: Montalvânia receberia R\$205.000,00 a mais; Minas Novas, R\$333.000,00; Monte Azul, R\$245.000,00; Taiobeiras, da nossa ilustre Deputada Ana Maria, que tão bem representa a região, seria também beneficiada, com R\$277.000,00; Coronel Fabriciano, administrada pelo nosso amigo e ex-Deputado Chico Simões, com quase R\$1.000.000,00.

E a Assembléia Legislativa encosta-se, fica silente e, numa demonstração de covardia, não coloca o Projeto de Lei nº 23/2003 para ser votado pela soberania dos Deputados e Deputadas aqui presentes. Deputado Doutor Viana, Curvelo também seria beneficiada com quase R\$600.000,00, caso esse nosso projeto de lei fosse aprovado.

Deputado Fahim, tenho consciência de que a Assembléia Legislativa está aqui com o papel e dever precípuo de ajudar os mais pobres e carentes, que precisam efetivamente do nosso apoio, da nossa ação, luta e solidariedade.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte)* - Serei bastante rápido, Deputado Dinis Pinheiro. Quero dizer que a discussão do ICMS é da maior importância para o povo mineiro; mais do que isso, é de relevância até para o povo brasileiro. Se pegarmos a listagem dos principais tributos recolhidos no Brasil, o primeiro deles é exatamente o ICMS, fruto ainda da reforma tributária de 1965-1967, com modificações na Constituição de 1988.

Entendo que, muito mais que a discussão do ICMS no sentido da repartição entre os Municípios, é necessária a afirmação do ICMS como o principal imposto que representa os poderes subnacionais no nosso país. Quero compartilhar minha preocupação com V. Exa. acerca da discussão no Congresso Nacional sobre a possível reforma tributária, que só não está na agenda de hoje devido aos escândalos, às crises políticas que ocorreram em Brasília.

Há a possibilidade concreta de se tirar do legislador estadual a oportunidade de modificar a destinação do ICMS. Peço o apoio de V. Exa. para que esta Casa possa liderar o movimento nacional no sentido de se impedir essa reforma tributária, que despreza e machuca a nossa Federação. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Na verdade, ilustre Deputado, as ações são inúmeras. Com muita tenacidade, refiro-me a esse projeto de lei, porque entendo que seria uma resposta rápida, imediata e eficiente, da alçada da Assembléia Legislativa.

Pode contar com nosso apoio em todos os temas e lutas que perseguem firmemente a desconcentração de riquezas e a promoção de políticas públicas que ajudem os Municípios mais pobres e carentes.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Deputado Dinis Pinheiro, solidarizo-me com V. Exa. no que tange à distribuição mais justa dos recursos do Estado de Minas Gerais àquelas cidades que estão sendo penalizadas e que precisam de uma redistribuição mais digna e mais justa. É preciso que haja mais igualdade.

No que tange à vinculação orçamentária, os maiores recursos para investimento no País estão no âmbito da Federação, após a promulgação da atual Constituição. É importante que a população saiba que os maiores recursos de investimentos encontram-se no âmbito do governo federal e que precisam estar, cada vez mais, sintonizados com as necessidades da população.

Na Comissão de Saúde, discutimos a merenda escolar, uma alimentação mais justa, e constatamos que, devido à falta de recursos e investimentos nessa área, poderia haver proposição de uma vinculação orçamentária. Debatendo esse tema na Comissão de Saúde, chegamos à conclusão de que é quase impossível que, hoje, o governo federal permita essa vinculação orçamentária, pois setores do governo federal dizem uma coisa e brigam pela regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29.

Até agora o PT é o único partido que não assinou a proposta de regulamentação, porque setores do governo federal não querem a regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29. Não querem assinar uma carta para o FMI, dizendo-se contra qualquer tipo de

vinculação orçamentária. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Fica registrada minha manifestação: essa injustiça deve ser eliminada. É inaceitável que o orçamento da Câmara de Vereadores de Betim, por exemplo, seja maior que o orçamento das cidades de Ibirité, Ribeirão das Neves e Esmeralda juntas. Isso é inconcebível. Não podemos concordar com essa situação.

É inaceitável que Cachoeira Dourada receba R\$500.000,00 para cuidar de 2 mil habitantes e, Esmeralda, com quase 60 mil habitantes, receba R\$188.000,00. É inaceitável que Ribeirão das Neves, com quase 300 mil habitantes, receba R\$800.000,00 de ICMS e, em contrapartida, Belo Oriente receba R\$2.000.000,00 para cuidar tão somente de 20 mil habitantes. Essa situação não pode perdurar.

Sabará, que possui 128 mil habitantes, recebe R\$1.000.000,00 de ICMS, ao passo que Carneirinho, com menos de 10 mil habitantes, recebe R\$1.400.000,00. Não podemos aceitar que Betim, com 300 mil habitantes, receba quase R\$30.000.000,00, e Belo Horizonte não receba nem um décimo desse montante para cuidar de milhões de pessoas.

Portanto, fica registrada aqui a necessidade de inserir na pauta e aprovar o Projeto de Lei nº 23/2003. Isso é importantíssimo. A Assembléia Legislativa tem de reagir; tem de trabalhar; tem de realizar e, seguindo o exemplo notável do Governador Aécio Neves, promover ações firmes e vigorosas para ajudar, de forma solidária, os Municípios mais pobres, carentes e necessitados. Obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, público das galerias, funcionários da Casa, volto a esta tribuna - até porque já perdi a conta de quantas vezes falei sobre esse mesmo assunto - para alertar novamente sobre o convênio de assistência médica e hospitalar celebrado entre a Assembléia e a Previminas. Desde que comecei a me preocupar com os termos do mesmo, antes da formalização do contrato e da grande e surpreendente quantidade de reclamações que recebi e continuo recebendo, digo que com saúde não se brinca e que saúde não tem preço, mas custo. Exatamente por querer uma prestação de serviço mais em conta, esse custo está sendo alto em relação ao atendimento, que está deixando a desejar aos usuários. Isso é o pior.

Tenho acompanhado as recentes reuniões com a Comissão designada para avaliar o melhor meio de resolver a questão e continuo achando que o contrato atual com a Previminas deve ser rescindido o mais rápido possível. É claro que essa Comissão está dando a velocidade necessária para se chegar a uma nova concorrência, mas é difícil fazer um trabalho consciente - e até certo ponto correto - e continuar recebendo reclamações, que se avolumam. Parece que a empresa cruzou os braços ao perceber que não deu conta do seu trabalho e agora não quer fazer mais nada. Ela não cumpre o que prometeu, deixando os usuários, em várias circunstâncias, carentes de atendimento satisfatório. É realmente vergonhoso o valor do ressarcimento da Previminas, que não tem condições de prestar o atendimento devido, principalmente no interior - e fora do Estado é ainda pior. Assim, o usuário tem de pagar, primeiramente, o que deveria ser de responsabilidade da empresa. Como ela não existe fora de Minas - e mal existe aqui -, em 100% das ocorrências, desde uma simples consulta até outro procedimento, o usuário tem de pagar primeiro e procurar recibo com declarações para trazer aqui, na sede da Previminas. Muita coisa ela não aceita e diz que está fora da sua lista de ordenamento para pagamento. Quando aceita, paga um percentual que gira em torno de 30% a 35%.

O que está acontecendo merece, mais uma vez, a nossa reprovação e a cobrança imediata, rápida e célere de uma solução que deveria ser: rescindir o contrato; contratar, em caráter de urgência, uma empresa que dê a cobertura total e devida - que, aliás, não vem sendo dada -; e dar seqüência ao processo de uma nova licitação. A que ganhar deve ter condições de prestar o serviço, mas não como a última - Previminas. Vemos que ela não vem cumprindo o que prometeu. Lamentamos essa situação.

A maioria dos usuários do plano de saúde sentiu na pele o péssimo atendimento realizado por ela. Desta tribuna, gostaria, mais uma vez, de solicitar que a Comissão de licitação dê prioridade aos usuários do plano de assistência médico-hospitalar desta Assembléia. O mais rápido possível continuaremos discutindo, para realizar novo processo para a contratação, já com outra atuando em caráter de urgência e substituindo a atual, que não dá mais conta de prestar o serviço. Os servidores não suportam e não agüentam mais esperar.

Estivemos no Tribunal de Contas do Estado e tivemos a honra de ser recebidos pelo nosso amigo Conselheiro Sylo Costa, que nos sugeriu essa possibilidade. Quando a empresa contratada não está correspondendo, pode-se suspender imediatamente o contrato, contratar outra empresa que dê o atendimento e dar seqüência ao processo de licitação, como vem acontecendo. Ele está muito bem coordenado pelo nosso colega Fábio Avelar.

Como médico - aliás, bem antes de ser Deputado -, digo que a saúde não pode esperar. Se há problemas, é preciso tratá-los em regime de urgência, procurar saná-los e considerar a qualidade do atendimento, conforme dissemos bem antes da assinatura desse contrato. Continuamos acompanhando todo o processo e sabemos que há vontade política da Mesa, da coordenação do processo, do Presidente desta Casa e de muitos outros colegas parlamentares. Em razão do número de reclamações, que continuam se avolumando, queremos alertar sobre a urgente necessidade de tomar uma posição, substituir essa empresa, que não está correspondendo, mas, sim, está cruzando os braços, piorando cada vez mais o atendimento à saúde do povo e dos usuários do plano da nossa Assembléia Legislativa.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade do aparte, já que V. Exa. tocou num assunto muito importante, o plano de saúde prestado pela Previminas, que preocupa não só a nós, Deputados, como a todos os funcionários da Assembléia Legislativa.

É com muita satisfação que eu e o Deputado Luiz Fernando Faria fomos designados pela Mesa Diretora da Assembléia para participar desse novo processo de licitação realizado por esta Casa, em virtude dos problemas que vêm ocorrendo com a Previminas.

Já realizamos cinco reuniões. Tivemos a oportunidade de contar, em algumas delas, com a presença de V. Exa., que, aliás, trouxe sugestões importantíssimas para o novo processo.

Deixamos aqui uma informação bastante clara para todos os que nos vêem, para os funcionários desta Casa: esse novo processo está ocorrendo com toda a transparência possível, envolvendo todos os legítimos representantes dos funcionários desta Casa.

Tive a satisfação de encaminhar uma minuta do que pretendemos colocar em licitação para todos os Deputados deste Poder, especialmente para os colegas Deputados médicos, que têm um conhecimento e uma experiência muito importante sobre a saúde e sobre os planos que vêm sendo oferecidos pelas empresas.

No nosso entendimento, estamos dando um grande passo para resolver os problemas que vêm ocorrendo hoje com a atual prestadora de serviços, a Previminas.

Conforme acertado na última reunião, inclusive com a participação de V. Exa., eu e o Deputado Luiz Fernando Faria, por delegação do Presidente Mauri Torres, conversamos com o Presidente da Previminas, Dr. José Carlos. Informamo-lo que estamos vivendo um momento difícil, de transição e de muitas reclamações dos usuários. Temos de resolver esse problema com a maior rapidez e urgência possíveis, mas com todo o cuidado em garantir a todos os servidores desta Casa um serviço condizente com o que merecem. Levamos ao Presidente da Previminas as reclamações. Ele se comprometeu, de uma maneira rápida e emergencial, a suprir as dificuldades que o plano vem apresentando, para que possamos, com tranquilidade e serenidade, escolher e elaborar um edital que atenda às necessidades desta Casa.

Repito, estamos procurando fazer, desde o início desse processo, um edital que envolva todas as pessoas que, de uma maneira geral, têm interesse pelo assunto, sobretudo os legítimos representantes dos diversos segmentos desta Casa, num processo que atenda às necessidades da nossa Assembléia. Muito obrigado pelo aparte e pela atenção de V. Exa.

O Deputado Doutor Viana - Agradecemos o seu aparte.

Reafirmamos, Deputado Fábio Avelar, que o trabalho vem sendo feito. A preocupação é não se aceitarem sugestões para uma prorrogação. É essa urgência que vimos pedindo, pois a saúde não pode esperar.

Quanto aos trabalhos, vimos acompanhando. Estamos aqui para pedir, de público, agilidade na solução. Realmente a situação é preocupante, o volume de reclamações é grande, com situações cada vez mais agravantes.

Não acredito que a Previminas, por mais boa-vontade que o seu Presidente tenha - pessoa que conheço, admiro e defendo -, conseguirá atender a Assembléia. Não é culpa dele, mas exatamente da falta de estrutura da instituição para o atendimento da saúde em grupo. Ela não tinha essa estrutura. Em quase todos os processos que vem ganhando e em que começa a prestar o serviço, no meio do caminho encontra dificuldades, o que culmina com a suspensão de muitos contratos, em função de não dar conta de fazer como deveria.

Voltamos, portanto, a fazer essa solicitação. Apesar de estar acompanhando o processo, não podemos aceitar a sugestão de que deveremos ir até o final do contrato. Falo isso com todo o respeito à Previminas e à sua diretoria. É uma questão de falta de condições para a prestação de serviços.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)* - Obrigado, Deputado. Acredito que a questão do plano de saúde da Assembléia precisa ser melhor discutida. Não é possível que uma decisão da Mesa consiga desagradar a todos. Acredito que os parlamentares e os funcionários desta Casa precisam estar bem, por isso essa discussão deve ser feita, inclusive, no Colégio de Líderes.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte. Estamos exatamente falando, nobre colega Deputado Miguel Martini, do plano que não vem prestando a assistência esperada. Muitas vezes buscamos a prova de que, como nos informou a Comissão licitante à época, tudo correu dentro do que era previsto legalmente. À época também tivemos alguns questionamentos, mas sem resultado. O Presidente agiu corretamente.

A Mesa instituiu uma nova Comissão, que está analisando, fazendo as investigações com maior profundidade, e tenho a certeza de que haverá bom resultados. Na reunião foi sugerido que o atendimento médico fosse levado até o final, ou seja, provavelmente até março, com o que não concordamos. Isso é o que trago hoje como problema. Estamos pedindo, tanto à Mesa como à coordenação do processo, que este ocorra durante o tempo que se fizer necessário, mas que o atendimento seja suspenso, que essa firma seja afastada e que outra seja chamada emergencialmente para prestar assistência, até que uma firma ganhe a licitação e assuma definitivamente o atendimento. Isso é permitido legalmente, como vimos com o Conselheiro Sylo Costa, no Tribunal de Contas do Estado. Essa é a preocupação que quero trazer para reflexão de todos os colegas da Assembléia Legislativa na tarde de hoje.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/11/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada

nomeando Hugo Eleuterio da Silva para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Célio da Assunção Frois do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BPSP;

nomeando Grace Solange da Silva para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BPSP.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Ronaldo João da Silva, matrícula 12218-1, no dia 10/11/2005.

Mesa da Assembléia, 17 de novembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2005

Objeto: aquisição e instalação de cancelas em garagens, motores, bem como a adaptação de portões já existentes.

Licitante vencedor: Licitatudo Comercial Ltda.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2005.

Paulo Henrique Chiarelli, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2005

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2005

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de combustíveis para veículos automotores.

Licitante vencedor: Posto São José Ltda.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2005

Objeto: aquisição de pastas e envelopes. Licitantes vencedoras: Multidatas Indústria e Comércio de Materiais de Escritório Ltda. (lotes 1 a 3); Locepy 31 Comércio de Envelopes e Artigos de Papelaria Ltda. (lote 4) e Braspel Produtos e Artefatos Gráficos Ltda. (lote 5). Licitante desclassificada: Gráfica e Editora Geraes Ltda.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2005.

José Geremias Costa, pregoeiro.

ERRATA

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO MENSAGEM Nº 2.200/2005

Na matéria publicada com o título em epígrafe, na edição de 19/11/2005, pág. 37, col. 4, onde se lê:

"MENSAGEM Nº 2.200/2005", leia-se:

"PROJETO DE LEI Nº 2.200/2005".

E, no segundo parágrafo do Relatório, onde se lê:

"7/4/2004", leia-se:

"7/4/2005".